



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA**

ALINE COMPARIN

**SUCCESSÃO RURAL: MOTIVOS QUE INFLUENCIAM O JOVEM A PERMANECER
OU NÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS**

**CHAPECÓ
2015**

ALINE COMPARIN

**SUCESSÃO RURAL: MOTIVOS QUE INFLUENCIAM O JOVEM A PERMANECER
OU NÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia
da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin.

CHAPECÓ

2015

Comparin, Aline

SUCESSÃO RURAL: MOTIVOS QUE INFLUENCIAM O JOVEM A
PERMANECER OU NÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS/ Aline
Comparin. -- 2015.

74 f.

Orientador: Valdecir José Zonin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Agronomia com ênfase em agroecologia , Chapecó, SC,
2015.

1. Sucessão rural. 2. Agricultura familiar. 3.
Desenvolvimento rural. 4. Juventude rural. I. Zonin,
Valdecir José, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

ALINE COMPARIN

**SUCCESSÃO RURAL: MOTIVOS QUE INFLUENCIAM O JOVEM A
PERMANECER OU NÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em:

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS

Prof^a. Dra. Tânia Regina Pelizza-UFFS.

Prof. Me. Jose Tadeu Leal Peixoto-UFFS

Dedico este trabalho de maneira especial aos meus pais, Valmor e Ilandi e a minha irmã Jéssica, que nunca mediram esforços e sempre me apoiaram em todos os momentos. A vocês meu eterno reconhecimento e admiração.

AGRADECIMENTOS

A UFFS pela oportunidade oferecida e ao orientador, Dr. Valdecir José Zonin, pelas orientações, pela paciência, contribuições, pela confiança depositada ao longo deste tempo em que trabalhamos juntos. Ao corpo docente da Agronomia UFFS, campus Chapecó, os quais foram os mestres, que contribuíram para o crescimento profissional e pessoal. Aos jovens e intuições que se dispuseram participar do estudo. Bem como, aqueles também que de maneira direta ou indireta tornaram este trabalho possível.

Aos colegas da segunda turma de Agronomia - UFFS, campus Chapecó, em especial as colegas, Géssica Guilherme Zeferino, Marciana Pressi e Marília Landerdahl Abreu, com as quais foram compartilhados todos os momentos de tensão, alegria, estudos, trabalhos, as levarei comigo sempre, pois foram pessoas muito especiais e importantes que tornaram esta caminhada uma experiência inesquecível. Com destaque à Géssica Guilherme Zeferino e Marcina Pressi, amiga irmãs, que em momento algum me permitiram fraquejar, me incentivaram sem esforços, contribuíram para que fosse possível chegar até aqui.

Também ao amigo Gean Carlos Maldaner, a quem devo muito mais do que agradecimentos, amigo para todas as horas, um colaborador de graduação, a quem eu recorria quando as dúvidas apareciam, que no dia a dia, nos encontros repentinos sempre tinha uma palavra de apoio, de motivação, uma forma amigável de dizer, você consegue. E a minha companhia de moradia, Kelin Cristina Izotton, que compartilhou comigo todas as agonias e alegrias, das provas, trabalhos, notas, que ajudou sempre que necessitei.

Um agradecimento muito carinhoso a minha família, de maneira especial, meus pais e irmã, que investiram incessantemente na minha formação, possibilitando esta minha conquista. Agradeço por terem sempre confiado em mim, no meu potencial, por terem sido meus guias, desde sempre, por nunca me deixarem desistir, mesmo quando o desânimo aparecia, por serem meus exemplos de vida, de personalidade, de caráter, deve este meu mérito a vocês.

A todos o meu MUITO OBRIGADO, sem vocês esta conquista não seria possível!

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos” (ISAAC NEWTON).

RESUMO

A sucessão na agricultura familiar é um tema que vem ganhando destaque, bem como gerado preocupações e discussões, devido a sua importância frente ao futuro da mesma. Os fatores que podem estar levando ao declínio do processo sucessório em função da saída do jovem do campo, apontam para a migração aos centros urbanos em busca de melhores condições econômicas e sociais, a falta de políticas públicas diretamente relacionadas a estes e também, o despreparo do sucessor ao longo das gerações. A falta de reprodução social na agricultura familiar é um tema preocupante, pois esta forma de agricultura é responsável pela produção de alimentos que compõe a mesa do brasileiro, bem como agregam o PIB nacional com seu excedente. É uma forma de agricultura que valoriza a família, o trabalho e o meio ambiente. Diferentes hipóteses têm sido levantadas a respeito dos reais motivos que podem estar levando o jovem a abandonar a propriedade agrícola. O presente trabalho buscou investigar os principais motivos que condicionam os jovens a permanecer ou não na sucessão das propriedades rurais. Este trabalho utilizou da estratégia do estudo de caso, com caráter exploratório descritivo, realizado no município de Cunha Porã-SC. O estudo deparou-se com 64% dos jovens decididos a permanecer e, acredita-se que isto se deve ao fato de nas propriedades estudadas os jovens apresentarem autonomia. Esta autonomia, frente aos pais na gestão da propriedade, associada à oportunidade de lazer, renda própria, ambiente familiar e as relações socioeconômicas por eles vivenciadas, são os principais elementos observados pelo jovem no momento da decisão por ficar ou não na propriedade. Desta maneira, conclui-se que a sucessão rural é uma temática de extrema relevância, principalmente para a agricultura familiar, pois está diretamente relacionada à sua reprodução social. Como solução à problemática, aponta-se para o trabalho conjunto realizado na propriedade, na família e na sociedade, incentivando o jovem a permanecer no campo, possibilitando assim, o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Sucessão rural. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Juventude rural.

ABSTRACT

The succession in family farming is an issue that has been getting attention, as well as it raised concerns and discussions, because of its importance to the future of itself. The factors that may be leading to the decline of the succession process related to the leave of the youth from the rural areas might be associated to the migration to urban centers in the search of better economic and social conditions, lack of public policies directly related to them and also the unpreparedness of the successor over the generations. The lack of social reproduction in family agriculture is a concerning matter, because this form of agriculture is responsible for producing the food that feeds the Brazilian people, as well as it aggregates the national GDP with its surplus. Family farming is a form of agriculture that values family, work and the environment. Different hypotheses about the real reasons that may be leading the young people to leave the farm have been created. This study aims to investigate the main reasons that are influencing young people to stay or not in the succession of farms. This study used the case study method, with a descriptive exploratory approach, conducted in the city of Cunha Porã-SC. The study found out that 64% of young people are determined to stay, and it is believed that this is due to the fact that the young people have autonomy on the analyzed farms. This autonomy, with the parents in the management of the property, associated with the leisure opportunities, personal income, family environment and socioeconomic relationships they experience are the main elements observed by the young when deciding to stay or not on the property. Thus, it is concluded that the rural succession is an issue of utmost importance, especially for family farms, because it is directly related to its social reproduction. It is referred, as a solution to the problem, to the combined work on the property, in the family and in society, encouraging young people to stay in the field, therefore enabling the strengthening of family farming.

Keywords: Rural Succession. Family farming. Rural development. Rural youth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização metodológica.....	27
Quadro 2 - Divisão das comunidades do município.....	28
Quadro 3 - Situação da distribuição do lucro da propriedade com os jovens	40
Quadro 4 - Vantagens e desvantagens para o jovem rural.	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Subdivisão do interior do município de Cunha Porã em seções.....	28
Figura 2 - Fases do estudo.	30
Figura 3 - Localização do município de Cunha Porã.	31
Figura 4 - Relevo de uma das localidades abordadas pelo estudo.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB (valor adicionado) do município de Cunha Porã no ano de 2012.....	32
Gráfico 2 – Produção agropecuária das propriedades entrevistadas.	33
Gráfico 3 - Idade e gênero do público alvo.	34
Gráfico 4 - Área das propriedades em hectares.	35
Gráfico 5 - Tipo de produção das propriedades.	36
Gráfico 6 - Nível de escolaridade.	37
Gráfico 7 - Renda das propriedades.	40
Gráfico 8 - Acesso às tecnologias de informação.....	41
Gráfico 9 - Frequência semanal de atividades relacionadas ao lazer.	43
Gráfico 10 - Opção entre permanecer e sair da propriedade familiar.	45
Gráfico 11 - Seus pais ouvem ou apoiam suas críticas com relação à gestão da propriedade?46	
Gráfico 12 - Motivo pelo qual jovens não acessam políticas de crédito direcionadas a eles...52	

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral.....	15
1.2.2	Objetivos específicos.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR: uma abordagem histórica.....	16
2.2	A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.3	SUCCESSÃO RURAL	20
2.3.1	Problemática relacionada à sucessão rural	21
2.3.2	Juventude rural frente à questão sucessória	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1	MÉTODO DE PESQUISA.....	26
3.2	COLETA DE DADOS	26
3.3	OBTENÇÃO DA AMOSTRA	28
3.4	LOCAL DA PESQUISA	30
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A QUESTÃO SUCESSÓRIA NO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.....	32
4.2	SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS JOVENS RESIDENTES NO MEIO RURAL.....	37
4.3	PERSPECTIVAS E FUTURO DA JUVENTUDE RURAL.....	44
4.4	A DECISÃO EM PERMANECER OU DEIXAR O CAMPO	48
4.5	POSSIBILIDADES E DESAFIOS À SUCESSÃO RURAL NO MUNICÍPIO	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE A- Questionário aplicado aos jovens.....	65
	APÊNDICE B- Questionário aplicado aos <i>Experts</i>.....	69
	ANEXO A- Parecer consubstanciado do CEP.....	70

1 INTRODUÇÃO

A sucessão na agricultura familiar é um tema que vem ganhando destaque, mas também gerando preocupações e discussões. Estas surgem em virtude da importância que o tema tem no que diz respeito ao futuro de muitas famílias, bem como, da agricultura familiar como um todo.

Evidencia-se que tais preocupações, parecem estar gerando maiores interesses de estudos recentemente, em função do desenvolvimento da agricultura familiar estar diretamente vinculada à necessidade de mão de obra, que por sua vez, depende da permanência do jovem no campo. Dá-se tamanha importância ao desenvolvimento da agricultura familiar, devido ao importante papel que ela exerce na economia do país, sendo a principal precursora do desenvolvimento em diversos níveis, nacional, estadual, municipal bem como regional.

Tal preceito afirma-se em virtude da agricultura familiar ser responsável pela produção de aproximadamente 75% dos alimentos que compõe a dieta básica dos brasileiros, ou seja, grande parte do que é encontrado nos supermercados e na nossa alimentação, provem do trabalho elaborado por famílias em áreas relativamente pequenas. Entretanto, o cenário na agricultura familiar enfrenta este impasse socioeconômico causado pela falta de sucessão rural, a qual está relacionada à sua reprodução social e pode vir a comprometer seu futuro.

É pertinente ressaltar que esta preocupação é perceptível de maneira mais intensa nos pequenos municípios, como os do oeste catarinense, onde esta modalidade de agricultura é a base econômica de grande parte das famílias. Tais fatos podem ser confirmados conforme elenca Spanevello (2008), quando cita que este crescente interesse em estudar a agricultura familiar, está vinculado a sua importância para o desenvolvimento rural, de modo especial aos locais onde esta se mostra de maneira mais intensa.

Ao afirmar tal preceito, evidencia-se a necessidade de se investigar os impactos do processo sucessório nestes pequenos municípios, como no caso de Cunha Porã – SC, onde a agricultura familiar se apresenta de suma importância para a economia municipal, conforme apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), esta respondeu por 14% do valor agregado bruto no ano 2012 e influencia diretamente os demais setores da economia.

Neste sentido, elenca-se que a problemática da permanência do jovem no campo ainda é uma pergunta sem muitas respostas. Embora tenha papel fundamental na reprodução social, grande parte dos jovens migra para as cidades ou buscam outras alternativas de renda, que não

relacionadas necessariamente à propriedade. Assim, visando deslumbrar quais os motivos da intensa migração dos jovens para as cidades, algumas questões orientam o presente estudo: i) quais seriam as implicações práticas da falta de sucessão nas propriedades? ii) poderia ela afetar as relações socioeconômicas dos municípios/comunidades? iii) que propostas e contribuições à academia poderia trazer à tona em vistas a buscar mitigar tal processo?

1.1 JUSTIFICATIVA

O processo sucessório na agricultura familiar, fundado na perspectiva da transferência do processo administrativo das propriedades, consiste na capacitação dos interessados para o gerenciamento das propriedades, sendo esta, frequentemente de maneira hereditária e hierárquica. Contudo, tal processo, ao longo do tempo vem sendo questionado e estudado, devido ao crescente abandono do campo pelos jovens, em busca de melhor qualidade de vida, fato este, observado de maneira mais intensa em cidades pequenas, onde a produção é basicamente agropecuária e as oportunidades de crescimento são consideradas menores.

Como elenca Crysthian (2011), em geral, o processo sucessório passa por dificuldades, devido à saída do jovem para estudar em grandes centros, optando por não voltar mais ao campo e também, em função do despreparo do sucessor ao longo das gerações, acarretando numa certa incapacidade em gerir os negócios.

O presente trabalho procurou investigar, os motivos observados pelos jovens por, decidir em permanecer ou não nas propriedades e os impactos que o processo sucessório pode ocasionar na agricultura familiar, em razão da migração dos jovens para áreas diferentes daquelas onde estão suas raízes, colocando em risco o desenvolvimento de muitas cidades. Como afirma Abramovay (1998), a questão da sucessão no campo é um processo onde o que está em jogo é o destino de boa parte das regiões.

1.2 OBJETIVOS

A seguir, apresentam-se os objetivos do presente trabalho, sendo eles o geral e os específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Elencar os principais motivos, que condicionam os jovens a optar por, permanecer ou não, na sucessão das propriedades rurais familiares, no município de Cunha Porã, Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a estrutura da agricultura familiar e a situação sucessória da juventude rural, no município de Cunha Porã.
- Identificar a realidade socioeconômica presente nas propriedades na qual o jovem está inserido.
- Conhecer as perspectivas do jovem relacionada ao seu futuro no meio rural e investigar, se elas afetam o desenvolvimento socioeconômico do município.
- Descrever os principais fatores condicionantes do processo sucessório, que compõem as decisões tomadas pelos jovens estudados no município.
- Apontar possibilidades e desafios, visando ampliar as condições de sucessão no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Abaixo serão destacados alguns elementos teóricos, os quais embasam e caracterizam a pesquisa, retratando sobre agricultura familiar, seu histórico e importância. E também, sobre a sucessão rural, sua problemática e o papel do jovem em meio a este impasse.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: uma abordagem histórica

A agricultura familiar embora não se trate de um tema novo, teve ascensão muito recentemente no Brasil, conforme afirma Wanderley (1996, p.2).

A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Ela surgiu em resposta a algumas ações, como relata Silva e Jesus (2010), estas iniciaram nos anos 50 com a instalação no Brasil de indústrias produtoras de insumos, maquinários e agrotóxicos, o governo cria inúmeras formas de incentivo à utilização de tais produtos e tecnologias. Neste cenário é que surge a revolução verde, modelo produtivo que preconiza a modernização nos processos produtivos, este sistema, ganhou força nos anos seguintes com o incentivo à pesquisa em biotecnologia, maior difusão das monoculturas e larga utilização de pacotes tecnológicos.

Embora com a revolução verde promete-se aumentar a produtividade e sanar o problema da fome, ela trouxe consigo uma série de problemas. Lamarche (1997 apud SILVA; JESUS, 2010), salienta que nesse sistema, grande parte dos pequenos produtores foram excluídos dos processos de modernização, porém, conservaram muito de suas características tradicionais, como a dependência em relação às grandes propriedades, acesso precário aos meios de trabalho e a pobreza.

É neste período, que o êxodo rural aumenta de forma significativa, pois, a modernização acabou por inviabilizar a produção, resultou em baixa competitividade e pequeno poder de barganha das propriedades familiares, obrigando muitos destes produtores a venderem suas terras (SILVA; JESUS, 2010). Nesse âmbito surge a agricultura familiar, tendo como principal objetivo, a produção alternativa as monoculturas e ao latifúndio, fortalecendo-se nos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da revolução verde.

Em uma segunda análise, convém ressaltar, que embora tenha nascido como resposta a um sistema incerto, durante algum tempo a agricultura familiar ficou sem muito destaque na sociedade, começando a ter projeção somente no final dos anos 80 início dos anos 90, alavancada por dois caminhos, o político e o acadêmico. No meio político, movimentos sociais discutiam sobre o espaço e o papel do pequeno produtor, principalmente no Sul do Brasil para a sua integração econômica e comercial ao MERCOSUL (PLEIN, 2003). No meio acadêmico, foi através de trabalhos, os quais buscavam novos referenciais teóricos bem como analíticos para o tema.

Entretanto, apenas no ano 1995 conforme elenca Savoldi e Cunha (2010), com a criação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) uma linha de crédito para custeio, que a agricultura familiar passou a ser fortalecida. Posteriormente, mediante reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o mesmo transformou-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tal programa, associado aos estudos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), fizeram com que o termo agricultura familiar ganhasse legitimidade.

Após sua consolidação, o termo passou a ser difundido e estudado de forma mais explícita, em função da necessidade que os pequenos produtores tinham, em tornarem-se mais fortes perante o mercado, terem competitividade, bem como, sentirem-se menos afetados economicamente.

O termo agricultura familiar pode ser definido como:

[...] aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1998, p.146).

É um sistema produtivo altamente integrado ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos, bem como responder às políticas governamentais, o que a descaracteriza de camponesa (ABRAMOVAY, 2007). Desta maneira, podemos diferenciar o termo agricultura familiar do campesinato, os quais diferem um do outro pelo fato do campesinato ser uma forma de vida e a agricultura familiar uma profissão.

Embora tardiamente estudada, a agricultura familiar começou a emergir nos debates e ganhar força nos meios políticos e econômicos. Tão importante é seu papel no cenário nacional que ganhou uma política específica, a Lei nº 11.326/2006, a qual estabelece conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação de políticas públicas que sejam direcionadas para a agricultura familiar, bem como empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

Para a referida Lei é considerado agricultor familiar, àquele que atenda aos seguintes requisitos.

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Corroborando com o assunto (OLALDE;PORTUGAL, 2014), salienta que a FAO e o INCRA propuseram uma diferenciação para estabelecimentos rurais, classificando, como patronais aqueles, onde existe completa diferenciação entre gestão e trabalho, a organização é descentralizada com ênfase na especialização. E como familiares, aqueles onde o trabalho e a gestão estão diretamente relacionados, a organização dos processos produtivos é assegurada pelo proprietário, a mão de obra predominante é familiar, há ênfase na diversidade, durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. Ocorre relação intrínseca entre o uso da terra, a família e o trabalho, existem relações sociais, culturais, e isto que a distingue das demais formas de agricultura.

Importante salientar, que este sistema de produção agrícola é de suma importância no cenário nacional e foi depois de muitas lutas, que obteve forte expansão. De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG,2014), ela responde por grande parte da produção de alimentos para o consumo interno, bem como, participa com os excedentes para a exportação. Consiste em uma forma social de produzir, trabalhar e de organizar.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Embora seja considerada por muitos como, pequena agricultura e ser caracterizada

pela baixa produtividade, a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural é inquestionável. Seu potencial abrange muito mais do que a produção de alimentos, ela atua funcionalmente como forma de ocupação e de renda nos espaços rurais, bem como, tem responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais (SILVA; JESUS; 2010).

Tal aspecto é confirmado por Spanevello (2008), enfatiza que a agricultura familiar pode ser caracterizada por ser um processo produtivo onde, a ênfase dá-se na diversificação e conservação de recursos naturais. Corroborando Guilhoto et al (2014, p. 1) afirma que:

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. [...] além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza [...].

Em consonância com o acatado, podemos afirmar, que a agricultura familiar desempenha um importante papel na economia brasileira, atua na manutenção da qualidade de vida não só do produtor, mas de uma cadeia que se forma ao longo de seu processo produtivo. De maneira sucinta pode-se afirmar, que a mesma trabalha sob o tripé da sustentabilidade, levando em consideração as condições sociais, ambientais e econômicas.

Corroborando, salienta-se que ela é considerada uma agricultura sustentável, pois reconhece a natureza de maneira sistêmica nos processos produtivos, sendo eles de alimentos, forragens e fibras, há equidade em relação à questão ambiental, justiça social e viabilidade econômica entre os diferentes setores da população bem como entre os povos e gerações (GLISSMAN, 2001).

De acordo com dados do censo agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, o Brasil possui 84,4% de estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar, estes ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, aproximadamente 24,3% de todo território nacional, uma média de 18,3 hectares por estabelecimento.

São cerca de 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura família, responsáveis por produzir a maior parte dos alimentos destinados ao consumo. Ela responde por cerca de 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da produção de suínos, 50% de aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e com menor expressividade 16% da soja. Essa produção é obtida em 17,7 milhões de hectares, o restante é subdividido em pastagens, matas e florestas (IBGE, 2006).

Cada estabelecimento familiar possui renda média R\$13,6 mil ao ano, proveniente da venda de produtos de origem vegetal (67,5%), origem animal e seus subprodutos (21%) e também, da prestação de serviços para empresas integradoras e de agroindústrias familiares. Embora alguns produtores tenham aposentadorias, pensões ou mesmo salários como fonte de renda, a atividade agropecuária é a principal fonte geradora de recursos financeiros (IBGE, 2006).

As informações acima mencionadas revelam a tamanha importância da agricultura familiar no Brasil. Contudo, a mesma apresenta fragilidades, “entre as dificuldades de permanecer na agricultura há os limites impostos pela escassez da terra, da baixa renda das famílias e, conseqüentemente, de investimento na produção” (ZAGO; BORDIGNON, 2012, p.4). Tais fatores podem ser os responsáveis, por incentivar a migração dos jovens para as cidades em busca de melhores condições de vida, afetando assim o desenvolvimento e continuidade da agricultura familiar.

2.3 SUCESSÃO RURAL

A agricultura familiar representa importante papel para economia nacional. Como há de se verificar, sua reprodução social, ou seja, a sucessão nos trabalhos rurais é dependente da permanência dos filhos na unidade de produção sendo esta permanência, de suma importância para a sua continuidade (SPANVELLO; LAGO, 2007).

A reprodução social que diz respeito ao processo sucessório na agricultura familiar é definida por Spanevello (2008), como um processo que consiste na transferência do controle e gerência da propriedade para os filhos ou gerações subsequentes. No processo sucessório, ocorre a substituição de gerações mais idosas do processo de gestão para a incorporação dos mais jovens, resultando assim, na formação de um novo agricultor (STROPASOLAS, 2011).

Conforme enfatiza Silva e Jesus (2010), durante os anos 80 e 90, houve um forte processo de êxodo rural, este, foi impulsionado pela valorização do agronegócio e das monoculturas, obrigando muitas famílias a venderem suas propriedades e migrarem para os centros urbanos, em busca de melhores condições sociais e econômicas.

Proveitoso ressaltar, que a problemática da sucessão rural da atualidade é ocasionada pelos mesmos motivos que levaram ao êxodo rural daquele período, falta de oportunidades, pressão social e busca de melhores condições de vida. Constata-se, que o êxodo rural ocorrido há duas décadas teve a agricultura familiar como solução, atualmente é a situação vivenciada pela agricultura que motiva o processo.

No que diz respeito a esta saída dos jovens da propriedade que resulta na falta de sucessão e, põe em risco a existência da agricultura familiar, muitos estudiosos passaram a investigar o tema. Para Bourdieu (1962 apud COSTA, 2010, p.51) “a sucessão possui uma função social definida: dar continuidade à exploração da propriedade familiar”. Na mesma linha de análise, Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008, p. 7) definem que:

[...] a sucessão, formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial; a continuação da atividade profissional paterna; a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. No primeiro componente ocorre a transmissão da terra e dos ativos existentes para próxima geração; o segundo componente envolve a passagem da gerência e da capacidade de utilização do patrimônio; o último acontece quando diminui o trabalho e o poder da atual geração sobre os que compõem a unidade familiar de produção.

Embora as estratégias de sucessão utilizadas na atualidade diferem das tradicionais, devido aos comportamentos e estratégia exercida nas famílias, esta evolução das práticas sucessórias, não depende exclusivamente dos envolvidos. Neste processo de transmissão da propriedade familiar, está em jogo todo um contexto histórico, social, econômico e geográfico (COSTA, 2006).

Segundo a CONTAG (2014), os jovens que saem das propriedades são atraídos aos centros urbanos, devido ao acesso à educação, trabalho, renda e pela falta de políticas públicas voltadas a eles. Desta forma, a saída do campo passou a ser uma condição e não uma necessidade ou desejo.

2.3.1 Problemática relacionada à sucessão rural

O processo sucessório vem passando por grandes mudanças, estas, são motivadas pelas alterações que ocorreram na sociedade ao longo dos anos, elas acabam por afetar o meio rural, bem como, o ambiente familiar e isto implica diretamente na questão sucessória (SPANVELLO, 2008).

Um dos grandes impasses relacionados à questão da sucessão, diz respeito à forma como as relações de trabalho são desenvolvidas nas unidades de produção familiar, que de maneira geral, são fortemente marcadas pelo viés de gênero, destinando ao homem a gestão da propriedade (STROPASOLAS, 2011). Ilustrando a assertiva, Aguiar e Stropasolas (2010, p.170) salientam:

[...] Como o responsável pela parte 'produtiva' geralmente é o homem, o investimento no aprendizado das atividades relacionadas a essas questões recai sobre os rapazes. Assim, as moças parecem aceitar como 'natural' o fato do sucessor ser do sexo masculino. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra desvincula-a de certa forma do compromisso de ficar na propriedade. A migração nesses casos não é apenas uma questão de escolha entre sair e ficar, mas muitas vezes a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis [...].

Outro fator de relevância referente ao processo de sucessão, diz respeito aos processos tecnológicos inseridos no campo ao longo dos anos. Para Spanevello (2008), este processo incorporou os produtores ao sistema capitalista, onde, o enfoque da produção está centrado nos mercados globais. Neste tipo de sistema, os agricultores necessitam qualificar sua produção, comercializar e vender com base em mercados futuros e bolsas de valores, além de adquirir produtos industrializados. Para ela, este processo levou a um impacto negativo, tanto de ordem política, como social e econômica, motivando o êxodo rural à individualização do trabalho e resultando no empobrecimento de muitos agricultores.

Tais famílias, em função dos processos de modernização agrícola típicos do desenvolvimento agrário recente, integraram-se fortemente aos diferentes mercados e exercitaram a transformação tecnológica em suas propriedades. As gerações mais jovens de agricultores, inclusive, encontram-se atualmente imbuídas de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproxima muito mais do modelo do *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário (NAVARRO, 2001, p.93).

À guisa de exemplo, toma-se a opinião de Stropasolas (2011, p. 28), segundo ele:

Para se manterem nesses circuitos produtivos e nos respectivos mercados, essas famílias devem necessariamente se adequar às sempre renovadas exigências normativas e tecnológicas, o que acarreta redefinições importantes na divisão social do trabalho na família e nas comunidades. [...] Gera-se assim uma sobrecarga de trabalho nas pessoas que permanecem nas unidades produtivas, inclusive entre os mais novos, tendo em vista a redução da disponibilidade de mão de obra na família.

Corroborando com o tema, salienta-se, que nos sistema integrados de criação animal, existe a necessidade de trabalho ininterrupto incluindo nesta conta os finais de semana e feriados, contudo, esta sobrecarga de trabalho na maioria das vezes, não é compensada ou remunerada ocasionando certa frustração, principalmente para os jovens. Desta maneira, tal fato acaba por interferir na sucessão das propriedades, pois é este descontentamento que leva os jovens a migrarem para as cidades (STROPASOLAS, 2011).

Não se pode perder de vista, que um dos fatos condicionantes ao êxodo da juventude rural, pode estar vinculado à falta de autonomia dos jovens frente aos pais, no processo de gestão das propriedades, impedindo-os de realizar algo de seu interesse. Neste sentido, Costa,

Fiuza e Diola (2014, p.6), enfatizam que “a dificuldade da conquista do espaço e a liderança da unidade familiar é um dos grandes obstáculos para que este desejo possa realizar-se”.

Tal fato pode estar relacionado com a presença da figura paterna, conforme elucida Spavanello e Lago (2007), segundo os autores é ele, quem decide sobre a transferência das responsabilidades da gestão da propriedade ao sucessor. Esta transferência se dá de maneira gradual e a preparação dos filhos ocorre em longo prazo dentro da unidade produtiva.

A passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade, se dá em um processo de transição em que os pais gradativamente vão passando as tarefas de gestão da propriedade, como a abertura de conta bancária própria ou conjunta, bloco de produtor, responsabilidades de gerir os negócios até a passagem completa do gerenciamento da propriedade (SILVESTRO, 2001, p.72).

Contudo, esta transferência gradual pode acabar desmotivando os jovens a prosseguir nas unidades de produção e dar continuidade ao trabalho realizado pela família, uma vez que se sentem dependentes dos pais e impossibilitados de interferir na gestão. Em localidades onde a economia é basicamente agrícola, os impactos da falta de sucessão aparecem com maior ênfase, pois, a tendência ao envelhecimento da população rural e falta de mão de obra no campo, podem afetar diretamente e de maneira severa a economia destas localidades.

Em consonância com acatado Froehlich et al (2011), afirmam, que a migração da população jovem a qual é considerada a parte produtiva do campo, principalmente para os centros urbanos, acarretou no envelhecimento do meio rural. Tal processo vem se intensificando ano após ano e pode ser a falta de jovens no meio rural que levará muitas unidades de produção ao declínio.

A característica dessa migração, predominantemente jovem e feminina pode colocar em risco a reprodução das unidades produtivas familiares. Da migração dos jovens advém o envelhecimento da população no campo, pois muitos pais não podem contar com seus filhos (as) para dar continuidade as suas unidades produtivas. Como resultado, muitas unidades produtivas tendem ao desaparecimento devido a sua transformação em sítios de lazer, ou absorção por unidades empresarias de maior porte. Seja qual for a alternativa, acontece a extinção de postos de trabalho derivados da agricultura familiar, os quais não são facilmente substituídos (SPANVELLO; LAGO, 2007 p 8).

Como remate, frisa-se do importante papel desempenhado pelos jovens para a continuidade das propriedades rurais, de forma que a sua saída resultará no enfraquecimento da agricultura familiar. Em razão da tamanha importância, desta forma de agricultura para o desenvolvimento econômico e soberania alimentar é fundamental, investir em projetos e ações de fortalecimento da juventude rural, incentivado assim a sua permanência.

2.3.2 Juventude rural frente à questão sucessória

O papel desempenhado pelos jovens nas unidades produtivas é fundamental para a reprodução social da agricultura familiar, para seu fortalecimento e continuidade. Contudo, esta presença dos jovens junto às propriedades, está diretamente vinculada ao ambiente no qual ele se encontra inserido. Neste sentido, Carneiro (1998 apud DALCIN; TROIAN, 2009, p. 7), apontam que:

[...] o meio rural passou a ser um espaço cada vez mais heterogêneo, plural e não unicamente agrícola. A juventude rural é a mais afetada por meio desta diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, ajustada com o agravamento da situação da falta de perspectivas para os que vivem da agricultura, e que no cenário socioeconômico, deve-se considerar que os jovens procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, que estão geralmente vinculados para o desejo de inserção no mundo moderno.

Além da falta de perspectivas, a falta de renda própria e de autonomia dos jovens em relação aos pais são apontados como razões à falta de sucessão. Tal fato é confirmado por Brumer (2006 apud DALCIN; TROIAN, 2009), que em trabalho realizado com jovens filhos de agricultores da região Sul, deparou-se com estes dois cenários reivindicados por eles.

Quanto a falta de renda, esta ocorre em razão da mesma ficar sob “posse” dos pais e indisponível para os jovens, assim eles acabam por buscá-la fora da propriedade; quanto à autonomia do jovem, a solução pode estar, em abrir um espaço maior para eles atuarem dentro das propriedades, motivando assim a sua permanência (BRUMER, 2006 apud DALCIN; TROIAN, 2009).

Mais um dos motivos apontados, que podem condicionar a saída dos jovens das propriedades é a forma como a gestão destas é desenvolvida. Em muitos casos, ocorre certa resistência em mudar os conceitos que foram empregados pela família ao longo dos anos. Nessa esteira, Abramovay (2005, p.1), elenca que “uma das maiores doenças de nosso tempo está exatamente na incapacidade de as sociedades contemporâneas oferecerem perspectivas para que a inovação se concretize em projetos - privados ou sociais – construtivos”.

Outro ponto a ser verificado quanto a presença dos jovens nas propriedades além da renda e autonomia, são ressaltados por Silvestro et al (2001), que em levantamento realizado no oeste catarinense, constatou que um dos grandes problemas vinculados ao dilema entre ficar e sair das propriedades está ligado ao âmbito educacional. Segundo ele, dos jovens com nível superior a 5ª série, menos de um terço permaneceu no campo e os com nível educacional superior a 8ª série não ouviu nenhum relato, ou seja, permaneceram na agricultura aqueles que

não tiveram acesso à educação mais qualificada.

Conforme Silvestro et al (2001, p.51), “[...] a permanência na atividade agropecuária esteve, até muito recentemente, associada diretamente ao desprezo pela formação dos jovens”. Contudo, esta problemática em relação à educação do campo está menos acentuada nos dias atuais, porém, ainda exerce influência na decisão dos jovens por permanecer ou não na propriedade, de forma que a educação atualmente é vista como uma maneira de incentivá-los a permanecer.

Cabe ressaltar, que o dilema da questão sucessória é muito atrelado ao ambiente familiar, porém, segundo a CONTAG (2014), este deve ser um compromisso coletivo, o qual deve ser assumido pelas diferentes gerações, seja no âmbito da família, seja através de movimentos sindicais é preciso políticas públicas voltadas à educação do campo, reforma agrária e condições dignas de trabalho.

Em um segundo vislumbre, proveitoso ressaltar que a elaboração destas políticas públicas deve transcender o ambiente agrícola.

Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades - entre as quais destacam-se as voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural - maiores suas chances de realização pessoal e profissional. Além disso, nas regiões rurais - entendidas como as áreas interioranas do País - não vivem apenas agricultores. O grande risco das políticas de desenvolvimento rural é que, por serem elaboradas em ministérios cujas bases sociais são de agricultores, ignorem esta realidade elementar e hoje sobejamente conhecida: o meio rural é muito maior do que a agricultura (ABRAMOVAY, 2005, p. 1).

Por derradeiro, assinala-se que para solucionar tal impasse é de suma importância, que o jovem tenha acesso e participação na elaboração das políticas públicas voltadas a eles. Para Redin et al (2013), os anseios e perspectivas dos jovens são de certa forma condicionados pelas políticas públicas, eles constroem uma expectativas de poder intervir nelas e assim terem poder nas tomadas de decisões, que influenciam no desenvolvimento de suas comunidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos realizados, abrangendo o método de pesquisa, coleta de dados e local de realização da pesquisa.

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Para a realização de procedimentos metodológicos, segundo Yin (2001), podem ser utilizados experimentos, levantamentos, pesquisas históricas, análise de informações, ou estudos de caso. De modo geral, as pesquisas podem ser de caráter qualitativo ou quantitativo. O método quantitativo permite que o pesquisador defina suas hipóteses e variáveis, para que possa obter os dados que resultarão em respostas precisas, já no estudo qualitativo, o pesquisador obterá suas respostas mediante observação e estudo de um determinado fenômeno (GUILHOTO, 2002).

Os estudos de caso podem ser explanatórios, exploratórios e descritivos, “[...] no primeiro caso, deseja-se conhecer com maior profundidade questões pouco conhecidas. Já o segundo, está mais preocupado com a descrição da situação e o terceiro caso, se volta a possibilidades de explicação de causas” (MAFFEZZOLLI; BOEHS, 2008, p. 98).

Os estudos de caso, segundo Collis e Hussey (2005 apud ZONIN, 2008), são utilizados, em áreas nas quais há poucas teorias ou, há um conjunto deficiente de conhecimentos, ou quando, o objetivo não se focaliza apenas em descobrir ou explorar os fenômenos, mas, compreendê-los dentro de um determinado contexto.

De maneira geral, estudos de caso têm por função: “i) descrever fenômenos; ii) levantar hipóteses; iii) refutar generalizações universais; e iv) demonstrar a existência de um fenômeno que necessita ser levado em consideração” (ROESCH, 1999 apud ZONIN, 2008, p.133). Desta forma é importante definir o local do estudo, bem como, o que se deseja com o mesmo (ZONIN, 2008).

3.2 COLETA DE DADOS

O presente trabalho teve como procedimento metodológico, estudo de caso de caráter exploratório, descritivo. A pesquisa de caráter exploratório é realizada mediante aplicação de questionários na forma de entrevistas semiestruturada, que segundo Gil (2002, p. 117), “[...] é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu

curso [...]”. Teve-se como base, um roteiro de questões abertas e fechadas, que conforme enfatiza Pádua (2004 apud HAAS, 2013), embora o roteiro de perguntas esteja organizado pelo pesquisador, permite que o entrevistado discorra livremente sobre o tema, à medida que este vai surgindo em função do tema geral.

Para responder os objetivos propostos, realizou-se conforme demonstra o Quadro 1, a revisão de literatura em artigos, teses, dados demográficos, gráficos, tabelas e análise das entrevistas. Todas as entrevistas foram realizadas, após a aprovação prévia do entrevistado, com a assinatura do termo de consentimento e, no caso dos menores de idade, após aprovação e assinatura do termo de assentimento pelo menor e também, do termo de consentimento que foi assinado pelo seu pai ou responsável.

As entrevistas foram realizadas no mês do agosto de 2015. Importante salientar, que estas só foram efetuadas, após o trabalho ter sido analisado e aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS, conforme consta no Anexo A.

Quadro 1 - Organização metodológica.

Objetivo específico	Como responder	Referência
Caracterizar a estrutura da agricultura familiar e a situação sucessória da juventude rural, no município de Cunha Porã.	Entrevistas –questionários ¹ Revisão bibliográfica ²	¹ <i>Jovens e Experts</i> . ² sites, artigos, teses, livros, trabalhos científicos.
Identificar a realidade socioeconômica presente nas propriedades na qual o jovem está inserido.	Entrevista –questionários ¹ Revisão bibliográfica ²	¹ <i>Jovens e Experts</i> . ² sites, artigos, teses, livros, trabalhos científicos.
Conhecer as perspectivas do jovem relacionada ao seu futuro no meio rural e investigar, se elas afetam o desenvolvimento socioeconômico do município.	Entrevista –questionários ¹ Revisão bibliográfica ²	¹ <i>Jovens e Experts</i> . ² sites, artigos, teses, livros, trabalhos científicos.
Descrever os principais fatores condicionantes do processo sucessório, que compõem as decisões tomadas pelos jovens estudados no município.	Entrevista –questionários ¹ Revisão bibliográfica ²	¹ <i>Jovens e Experts</i> . ² sites, artigos, teses, livros, trabalhos científicos.
Apontar possibilidades e desafios visando ampliar as condições de sucessão no município.	Análise de dados obtidos a campo e considerações finais observadas.	

Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

3.3 OBTENÇÃO DA AMOSTRA

O município de Cunha Porã, segundo a Secretaria de Agricultura (2015), possui 33 comunidades rurais. Para fins de estudo, juntamente com a Secretaria de Agricultura, estas comunidades foram subdivididas em 10 seções, sendo elas apresentadas no Quadro 2.

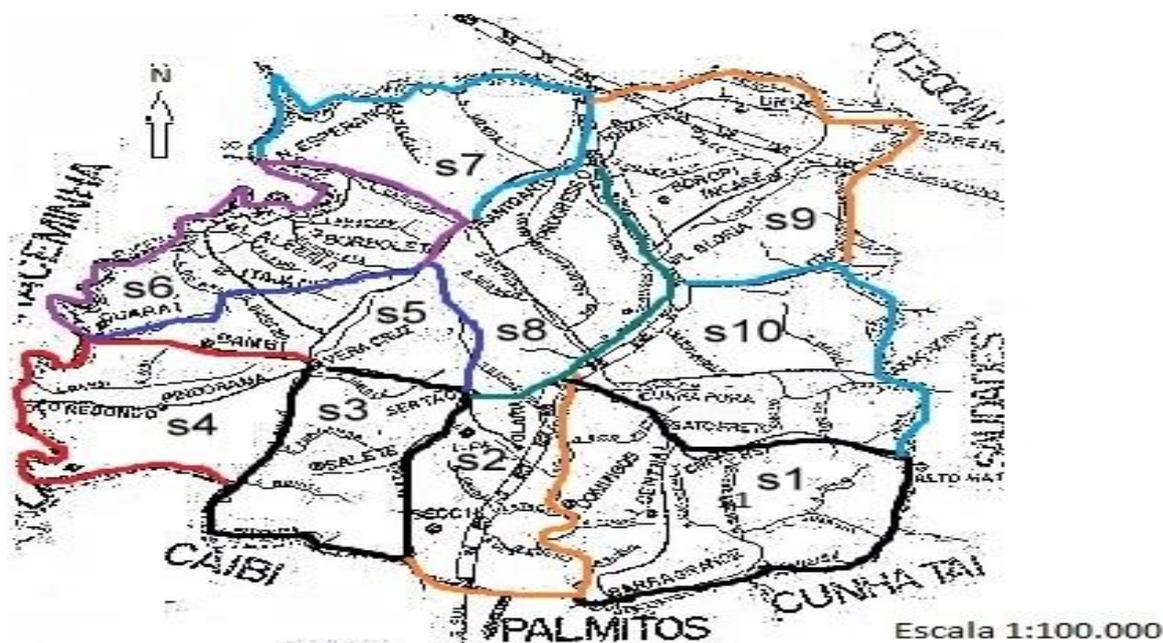
Quadro 2 - Divisão das comunidades do município

Identificação	Nº de comunidades	Nome das comunidades
S1	4 comunidades	São Domingos, Cristo Rei, Barra Grande e Central
S2	3 comunidades	Olaria, Sabiazinho e Sechi
S3	2 comunidades	Salete e Sertão
S4	3 comunidades	Pindorama, Poço Redondo e Candeias
S5	3 comunidades	Vera Cruz, Vera Cruz Alta e Bambi
S6	4 comunidades	Quaraí, Itajaçú, Alegria e Borboleta
S7	2 comunidades	Bonita e Boa Esperança
S8	2 comunidades	São Antônio e Progresso
S9	6 comunidades	Humaitá, União, Borupi, Borevi, Incaré e Pedreira
S10	4 comunidades	Glória, Glória do Meio Araçazinho e Itapé

Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Elas foram definidas, conforme as bacias hidrográficas e estradas vicinais. As subdivisões são apresentadas na Figura 1.

Figura 1 - Subdivisão do interior do município de Cunha Porã em seções



Fonte. Secretaria de Agricultura de Cunha Porã, 2015. Grifos do autor.

O presente trabalho foi realizado na região sudoeste do município, em razão da sua grande extensão territorial, abrangendo assim às seções (S2), (S3), (S4) e (S5), que somou em sua totalidade 11 comunidades, de forma que todas elas foram contempladas pelo estudo. Em cada uma das 11 comunidades, visitou-se uma propriedade na qual havia um jovem residente. Desta forma, o estudo abrangeu um total de 11 jovens de comunidades distintas.

Em um primeiro momento, para a definição da amostra, efetuou-se um levantamento de todas as propriedades pertencentes às 4 seções abrangidas pelo estudo, buscando identificar onde havia jovens com idade entre 15 e 29 anos, atuando na sucessão, ou que fossem potenciais sucessores rurais. Este levantamento foi feito, mediante processo indicativo efetuado por *Experts*, pessoas estas, representantes legais de instituições públicas ligadas ao setor agropecuário, ou indicados pelo presidente ou responsável da instituição.

Os *Experts* consultados são pessoas que atuam diretamente na área rural, conhecendo as propriedades e tendo ciência da existência de jovens que estão atuando junto a estas. Desta forma foram consultados, a engenheira agrônoma que atua na Cooperativa Regional Auriverde, o técnico agrícola da Secretaria Municipal de Agricultura e o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã. A indicação das propriedades feita por eles baseou-se, na lista de produtores rurais atualizada, obtida junto a Secretaria Municipal de Agricultura, tendo por base o ano de 2014.

Após o levantamento realizado, tendo por base a lista fornecida pela secretaria de agricultura, obteve-se um total de 554 produtores residentes nestas 11 comunidades. Deste total, os *Experts* indicaram então, os que possuíam em suas propriedades sucessores e potenciais sucessores, totalizando 53 indicações. Depois disto, realizou-se então o sorteio de onde seriam realizadas as visitas. No sorteio, teve-se o critério de sortear um jovem titular e um suplente para cada uma das 11 comunidades pertencentes ao estudo. O sorteio do jovem suplente aconteceu em função de ocorrer algum problema, como de omissões, da não autorização para a realização da entrevista ou da utilização dos dados, ou ainda, caso não tivesse interesse em colaborar com a pesquisa.

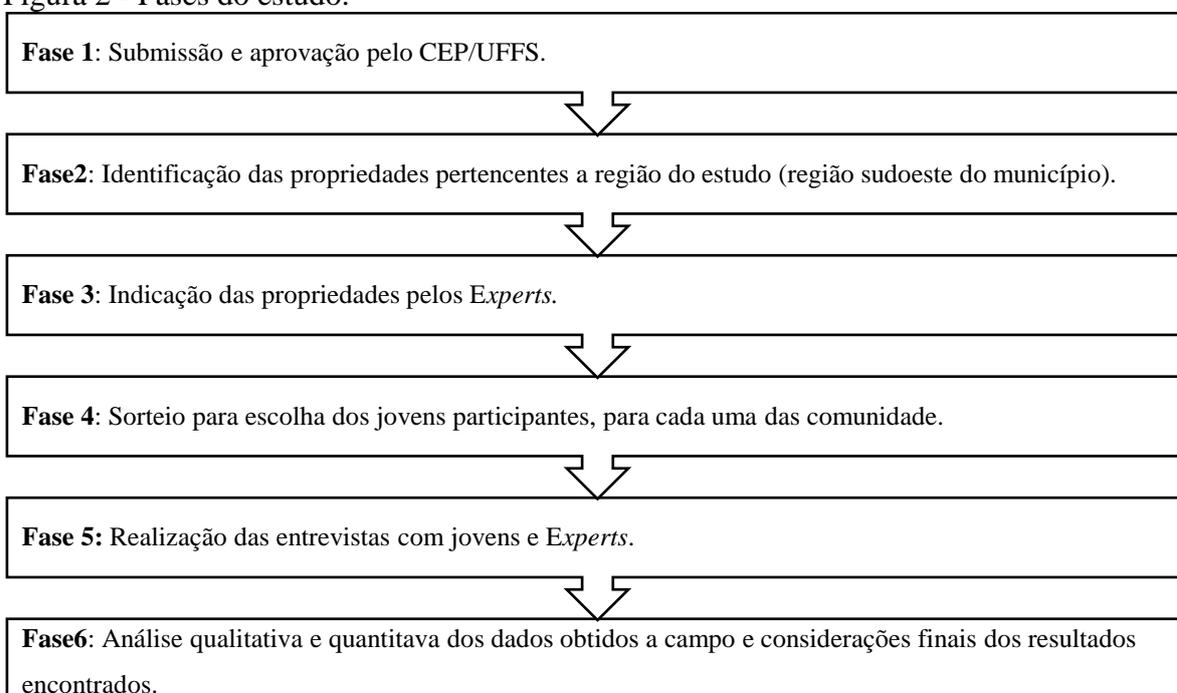
O sorteio foi executado utilizando a função, =ALEATÓRIOENTRE, do programa computacional Microsoft Excel® 2010. A função foi realizada separadamente para cada uma das 11 comunidades, elegendo o jovem titular. Posteriormente, este era removido da lista e era realizada novamente a função para a escolha do suplente.

Os apêndices A e B contêm os questionários com perguntas abertas e fechadas, que foram aplicados aos jovens e aos *Experts* na forma de entrevistas. Os jovens, como mencionado anteriormente, tinham faixa etária de 15 a 29 anos, sendo todos eles filhos de

agricultores e residentes na propriedade juntamente com os pais. Os 3 *Experts* eram os representantes legais de instituições públicas (Cooperativa Regional Auriverde, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã), sendo estes representantes as mesmas pessoas que indicaram as propriedades aptas a participarem da pesquisa, quando realizado o levantamento das mesmas.

Ao final das entrevistas, estas foram analisadas, por meio da leitura completa e identificação dos elementos de interesse, elaboração de gráficos, quadros, bem como, a interpretação e comparação dos dados levantados. Na Figura 2, são apresentadas as etapas de realização do estudo.

Figura 2 - Fases do estudo.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

3.4 LOCAL DA PESQUISA

O município de Cunha Porã, onde se realizou a pesquisa, está situado na região extremo oeste catarinense, conforme identificado na Figura 3. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Cunha Porã (2013), localiza-se a latitude 26° 53' 37" e longitude 53° 10' 05" oeste, com altitude de 570 metros, limitando-se ao norte, com o município de Maravilha e Modelo, ao sul, com Palmitos, Caibi, Cunhataí e Riqueza, ao oeste, com Iraceminha e ao Leste, com o município de Saudades.

Figura 3 - Localização do município de Cunha Porã.



Fonte. Google, 2015.

O município conta com uma população estimada de 10.982 habitantes, distribuídos em uma área de 217.915 km², conferindo ao mesmo, densidade demográfica de aproximadamente 48,7 habitantes/km². O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,742 sendo classificado como, de alto desenvolvimento. A sua economia é baseada na indústria, agropecuária e prestação de serviços. A agricultura é bastante forte e tem importante participação no PIB e a mesma é à base da economia municipal IBGE (2015).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo pretende realizar uma análise e discussão acerca dos dados coletados, e para tanto, foi baseado na análise das 14 entrevistas realizadas, 11 destas, com jovens compreendendo a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, sendo eles sucessores ou potenciais sucessores, e 3 entrevistas realizadas com representantes de instituições ligadas ao setor agropecuário do município. Os dados colhidos serão trazidos no texto a seguir.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A QUESTÃO SUCESSÓRIA NO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Buscando caracterizar a estrutura da agricultura familiar em Cunha Porã - SC, analisaram-se as seguintes questões: importância da agricultura familiar para o município, relacionando números e produtos por ela produzidos e as atividades agropecuárias e características das propriedades compreendidas pelo estudo. Também, as expectativas quanto ao futuro da agricultura familiar no município, o que se observa para a sucessão rural, bem como sua situação atual.

O município de Cunha Porã, apresenta uma população rural de 4.094 pessoas, cerca de 37% de sua população (IBGE, 2010). Ela está distribuída em 33 comunidades rurais, sendo a agropecuária o principal setor da economia.

De acordo com o Gráfico 1, o qual demonstra o PIB dos valores adicionados pelos setores da economia do município, observa-se, que a agropecuária responde por 14% do total que foi adicionado, a indústria por 25% e a prestação de serviços por 61%. Contudo, a indústria e a prestação de serviços, são dependentes dos produtos da agropecuária, explicando assim a sua relevância na economia municipal.

Gráfico 1 - PIB (valor adicionado) do município de Cunha Porã no ano de 2012.

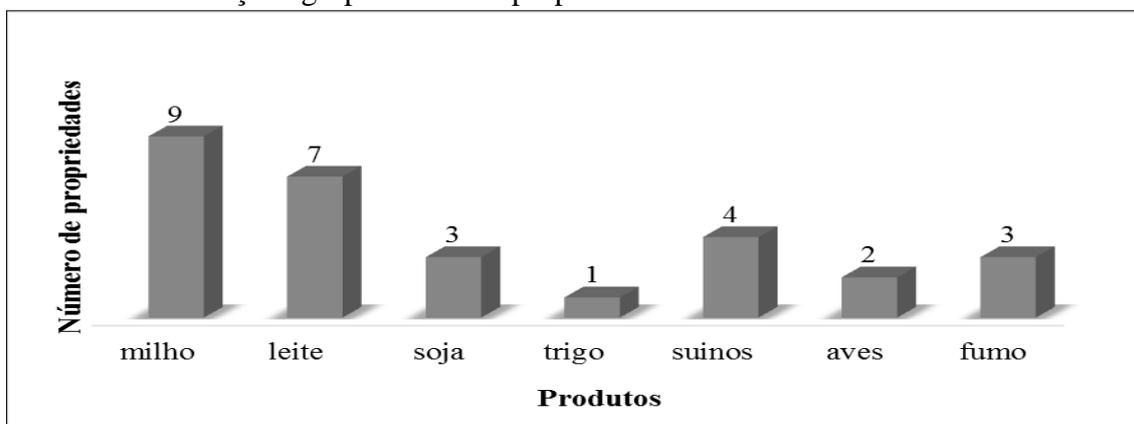


Fonte. IBGE, 2015. **Grifos do autor.**

O setor agropecuário produz milho, soja, trigo, leite, suínos e aves, estes representam a maior parte do que é produzido pelo setor, contudo, atividades de reflorestamento, fruticultura e piscicultura também são encontradas no município, sendo estas atividades exercidas basicamente pela agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ, 2013). Desta forma, percebe-se a importância da agropecuária no crescimento e desenvolvimento municipal, pois a mesma é a base para girar a economia em todos os seus aspectos. De acordo com o IBGE (2015), as atividades agropecuárias adicionaram ao PIB do município um valor de R\$ 33.110 mil reais (cálculo do PIB descontando o consumo intermediário) no ano de 2012.

Conforme observa-se no Gráfico 2, o qual apresenta a produção agropecuária das propriedades alvo da pesquisa, percebe-se que esta é baseada prioritariamente em grãos, fumo, leite, suínos e aves, sendo os dois últimos sempre vinculados às agroindústrias. Das produções exercidas, teve destaque à produção de leite e milho, onde estes foram os produtos de maior relevância na maioria das propriedades. De modo geral, as propriedades, tinham produção diversificada, com dois ou mais tipos de produtos.

Gráfico 2 – Produção agropecuária das propriedades entrevistadas.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Tal fato é afirmado por Costa, Fiuza e Diola (2014), quando ressaltam que na região extremo oeste catarinense a criação de suínos, aves e gado leiteiro, assim como a produção de grãos e fumo, representam as principais atividades desenvolvidas pelas propriedades, sendo que praticamente a totalidade destas, são vinculadas/integradas de maneira direta ou indireta às agroindústrias.

Deste modo, cabe aqui frisar a relevância da agropecuária exercida pela agricultura familiar para o desenvolvimento municipal. Segundo o *Expert 1*, ela representa 70% da arrecadação do município, sendo assim o setor base da economia, além de contribuir no

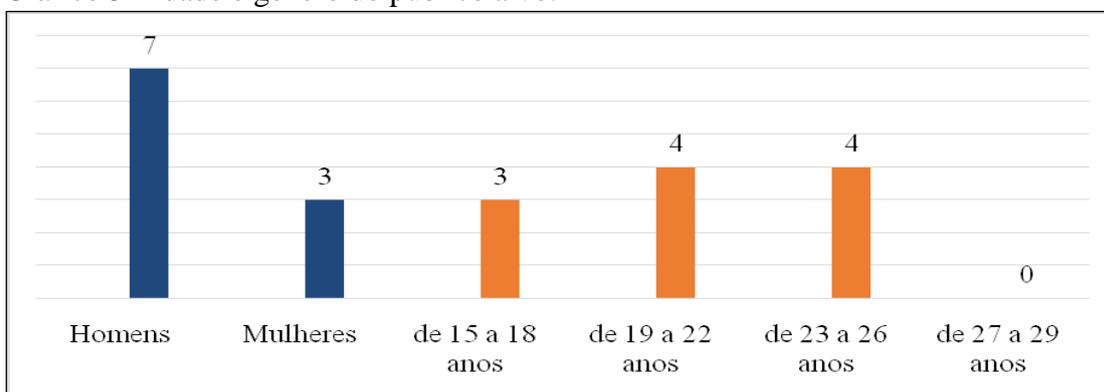
Fundo de Participação Municipal (FPM)¹. Este fundo é de suma importância e a agricultura é o elemento principal, uma vez que o valor arrecadado por ela conta integralmente no cálculo; enquanto que da arrecadação obtida pela cidade apenas o valor do lucro é contabilizado.

É relevante focalizar no fato de que a agricultura familiar responde por, cerca de 75% da produção de alimentos destinados ao consumo, sendo ela responsável pela soberania alimentar, ao contrário dos grandes produtores que produzem, no geral, apenas *commodities* (EXPERT, 1). Desta maneira, a agricultura familiar tem um papel não apenas econômico, mas também social de suprir a necessidade básica do ser humano, a alimentação.

Na mesma linha de raciocínio o *Expert 2*, aborda que sem a participação da agricultura familiar, o município não se desenvolveria. Pois além de contribuir com a arrecadação do FPM, ela mobiliza grande quantidade de mão de obra indireta, pois empresas e fábricas dependem dos produtos por ela produzidos para assim poderem trabalhar. Embora sua participação no PIB do município não seja tão relevante, ela agrega para que os demais setores se desenvolvam (como as atividades fins- moinho, prestadoras de serviços, fábricas) e façam a economia prosperar.

Em se falando da questão da sucessão rural no município, esta foi abordada através da entrevista de 11 jovens, residentes na região sudoeste do município. A idade do público alvo entrevistado variou entre 15 e 29 anos, sendo que o mais jovem foi de 15 anos e o de maior idade tinha 26 anos. Destes, 3 eram do sexo feminino e 7 do sexo masculino, conforme demonstra o Gráfico 3. Importante salientar que destes 11 entrevistados, 7 deles já estavam na condição de sucessor, dos quais 6 são do sexo masculino, demonstrando a predominância da masculinização nas propriedades.

Gráfico 3 - Idade e gênero do público alvo.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

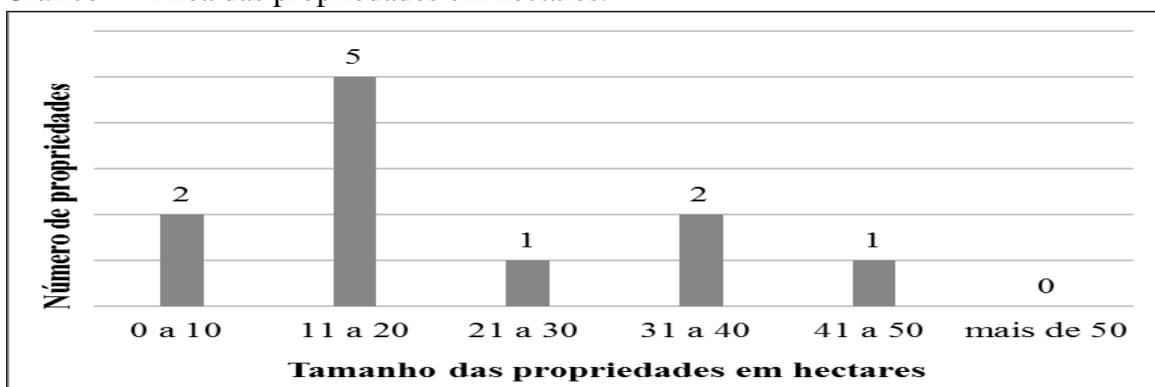
¹Modalidade de transferência constitucional de recursos financeiros da União para os Municípios, constituído de 22,5% da arrecadação líquida, ou seja, a (arrecadação bruta deduzida de restituições e incentivos fiscais). BRASIL (2015).

A predominância da masculinização que está ocorrendo no meio rural, geralmente está associada ao tipo de trabalho hoje desenvolvido nas propriedades, onde a mão de obra masculina acaba tendo maior relevância, principalmente devido à utilização de máquinas agrícolas, que raramente são manuseadas pelas mulheres. Tal fato remete-nos às explicações de Costa, Froehlich e Carpes (2013, p.477), quando afirmam:

[...] o incremento da masculinização não é o processo de modernização diretamente, mas sim a diminuição drástica do grau de intensidade de utilização da terra e da mão de obra, que acontece em algumas atividades agropecuárias modernizadas. Assim, aponta-se para a redução do papel produtivo da mulher e o favorecimento ao êxodo rural feminino, animado pela busca de trabalho urbano [...].

Todas as 11 propriedades compreendidas pelo presente estudo, são consideradas familiares por se enquadrarem na Lei 11.326/2006, que estabelece parâmetros para definição do agricultor como familiar. O Gráfico 4 demonstra o tamanho das propriedades, que na sua maioria são pequenas, com áreas de até 20 hectares.

Gráfico 4 - Área das propriedades em hectares.



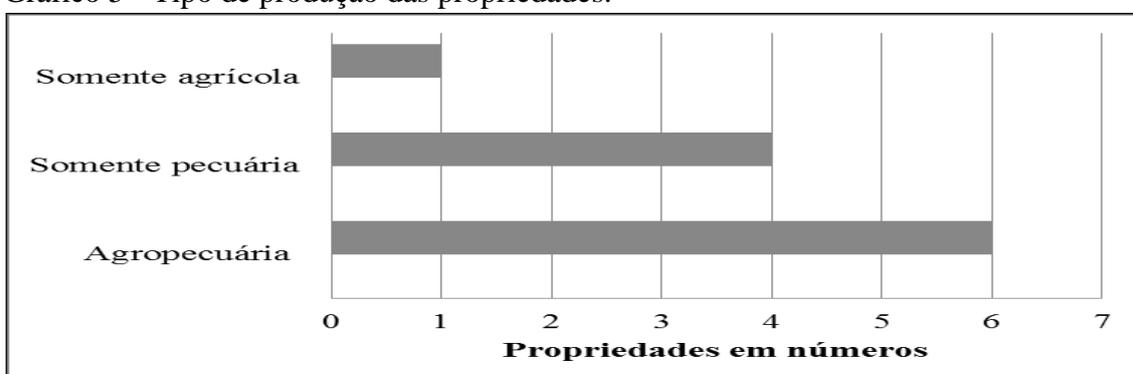
Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

A pequena extensão das propriedades e o tipo de relevo é que muitas vezes torna-se um fator limitante às propriedades, e fazem com que a diversificação na produção seja observada na maioria delas. Tal fato pode ser verificado no Gráfico 5, onde das 11 propriedades visitadas, apenas 1 desenvolvia apenas uma atividade, a produção de tabaco, propriedade esta com relevo bastante declivoso, e baixa capacidade de incorporação tecnológica.

Nas demais, portanto, havia a diversificação na produção, mesmo naquelas propriedades onde a produção foi declarada apenas como pecuária, esta era realizada em duas atividades (leite + aves ou leite + suínos). Contudo, 54% das propriedades tinham como fonte

de renda a produção de grãos para venda, produção de silagem, bem como a produção de leite ou carne (suínos, aves) ou em alguns casos as duas atividades (leite + aves ou leite + suínos).

Gráfico 5 - Tipo de produção das propriedades.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Observa-se deste modo, que a maior parte das propriedades apresenta uma produção diversificada, somando duas ou mais atividades agropecuárias. Segundo Haas (2008), a diversificação na produção nasceu como uma maneira de evitar perdas no rendimento da safra, em função de frustrações que podem ser causadas por questões climáticas, pela queda nos preços internacionais das *commodities*. Ela surge como uma estratégia a ser adotada visando à sobrevivência no meio rural, permite que o agricultor tenha uma segunda, terceira ou até uma quarta opção de renda.

Voltando à questão central deste estudo, para um município com uma economia que gira em função da agropecuária, a sucessão tem importante papel, pois é dela, que depende a continuidade das propriedades rurais. Tal fato é preocupante; ao questionar aos *Experts* sobre a perspectiva em relação à sucessão no município, estes salientam que:

A perspectiva não é nada boa, vejo o declínio da agricultura familiar se nada for feito. Hoje poucas propriedades tem sucessão, não há interesse por parte dos governantes em resolver o problema, observa-se na atualidade a sucessão que está em andamento, pessoas com mais de 40 anos, mas estes mesmos não incentivam os filhos a permanecer principalmente em razão das dificuldades (*EXPERT, 2*).

Corroborando com este argumento o *Expert 1*, salienta que atualmente no município, 40% das propriedades não tem sucessão e a saída do jovem das propriedades pode sim ter como consequência o fim da agricultura familiar, uma vez que as terras acabam por serem vendidas ou alugadas, para uma pequena minoria de grandes produtores de *commodities*.

De acordo com o supracitado, verifica-se que a falta de sucessão pode vir a gerar grandes problemas de ordem socioeconômica para Cunha Porã, uma vez que, como já citado,

a sua economia depende fortemente da agricultura familiar e sem sucessão nesta não há expectativa de uma agricultura forte e organizada, capaz de promover o desenvolvimento para o município.

4.2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS JOVENS RESIDENTES NO MEIO RURAL

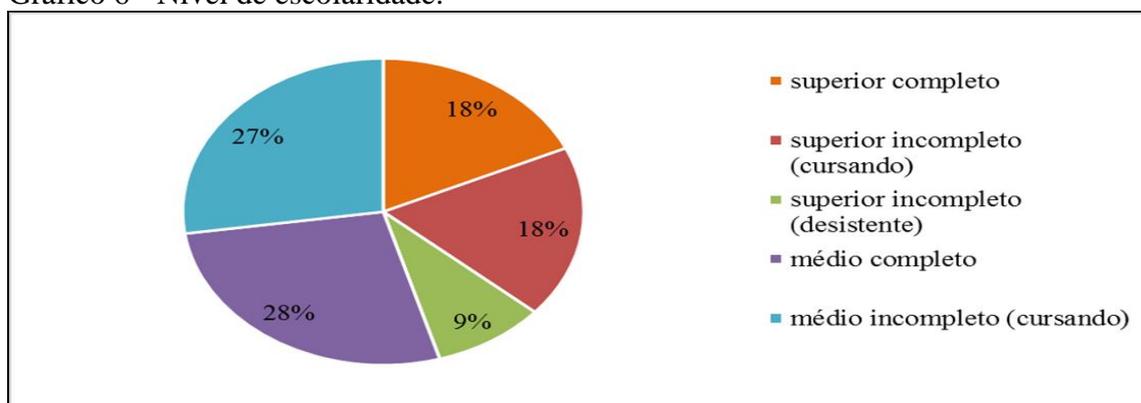
Nesta seção serão ressaltados os elementos que retratam a realidade socioeconômica presente nas propriedades. Para tanto buscamos analisar o grau de escolaridade do público alvo, o tipo de mão de obra, a renda e a realidade social e econômica (lazer, tecnologia e trabalho), na qual o jovem está inserido.

Em um estudo desenvolvido no oeste catarinense por Silvestro et al (2001), constatou-se que a maioria dos jovens que optam por permanecer nas atividades agrícolas, são aqueles com baixo grau de escolaridade. Contudo, neste momento, este conceito apresenta-se de maneira diferenciada, pois, atualmente a presença de pessoas com ensino superior também é observado nas propriedades rurais.

Conforme pode ser verificado no Gráfico 6, na região na qual se desenvolveu o presente estudo, dos 11 jovens entrevistados 18% deles possuem ensino superior completo e estão atuando na condição de sucessor ou potencial sucessor. Neste sentido, o entrevistado 1, ao ser questionado sobre o assunto ressalta que:

A formação acadêmica superior é fundamental; na época que iniciei a faculdade eu via que esta era de suma importância para mim alcançar um emprego e obter realização profissional fora da propriedade, pois eu acreditava que permanecer na agricultura era muito difícil. Contudo, após estudar vejo que quem está inserido no meio rural, tem grandes possibilidades de crescimento, acredito que até maiores que os encontrados pelos jovens urbanos.

Gráfico 6 - Nível de escolaridade.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

No que se refere ao demais jovens abordados pela pesquisa, 18% estão cursando o ensino superior. O restante, representa a proporção dos que possuem ensino médio completo ou estão cursando, sendo que ambos, simbolizam 55% do total, destes todos demonstram interesse por uma graduação acadêmica e apenas 1 jovem desistiu de estudar.

De maneira geral, os resultados encontrados pressupõem, que a continuidade da vida acadêmica do jovem, está ligada à importância de ter uma formação, possibilitando incrementar a renda atual e futura, proporcionando melhor qualidade de vida. Outro motivo relevante na continuidade educacional consiste na motivação por parte dos pais, os quais veem as dificuldades que enfrentam por não ter estudo e, desta forma, incentivam os filhos a continuarem na vida acadêmica, conciliando o conhecimento teórico com o prático viabilizando as atividades agropecuárias.

[...] a possibilidade de estudar me propiciou fazer melhorias na propriedade, a renda melhorou, pois tenho uma visão diferente, passei a contabilizar as despesas e os lucros, muito disto devo ao apoio que meus pais me deram para estudar (ENTREVISTADO, 1).

Exemplificando o supracitado, elenca-se que:

[...] Existe uma consciência clara por parte dos(as) agricultores(as) e seus(suas) filhos(as) da importância da educação formal para o exercício da atividade rural. Entretanto, é fundamental que a educação formal seja aliada ao saber técnico qualificado que foi aprendido ao longo da vida no campo, pelos(as) agricultores(as) e que são transmitidos aos(a) seus(suas) filhos(as) (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008, p.18).

Quando da escolha profissional, 63% dos jovens entrevistados, sendo estes estudantes ou não, optaram ou optariam por algum curso, diretamente vinculado ao âmbito de trabalho rural como: agronomia, técnico em agropecuária, medicina veterinária ou ainda na área de administração ou agronegócios. Segundo o entrevistado 6, o estudo é fundamental, o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigente, até mesmo na agricultura, com maior conhecimento, há condições de buscar mais opções na produção, melhorando a renda e a qualidade de vida.

Proveitoso ressaltar neste âmbito, que embora muito tenha mudado em relação ao acesso educacional por parte da juventude rural, ainda há jovens que desistem da vida acadêmica e optam por permanecer no campo. Os motivos citados pelos jovens que condicionam esta desistência são a falta de interesse, renda, contudo, o principal motivo mencionado por eles foi à falta de mão de obra existente nas propriedades. Esta torna-se o

fator de maior relevância, pois com a sua saída para estudar não há ninguém para trabalhar, uma vez que os pais encontram-se, em uma grande maioria, com idade avançada ou com problemas de saúde em razão da carga de trabalho excessiva desenvolvida ao longo dos anos, conforme enfatizou o entrevistado 11, à falta de mão de obra associada a idade avançada dos pais o impossibilita de sair para estudar.

Outro fato relevante, diz respeito à cultura capitalista na qual estamos inseridos, muitos jovens desistem de estudar para trabalhar e incrementar a renda da propriedade. Em muitos casos torna-se complicado a conciliação das duas atividades. “[...] fica difícil conciliar a árdua rotina de trabalho com a rotina de estudos, muitas vezes vamos para a aula extremamente cansados, porém, nossa presença na propriedade é fundamental” (ENTREVISTADO, 3).

Acrescenta-se a tudo isto as palavras de Queiroz (2009, p.4) quando argumenta:

Diante do dilema, muitos acabam optando pelo trabalho, pois, muitas vezes, precisam complementar a renda familiar e, além disso, estão imersos numa sociedade capitalista onde o ter torna-se uma premissa básica para o reconhecimento social enquanto sujeito [...].

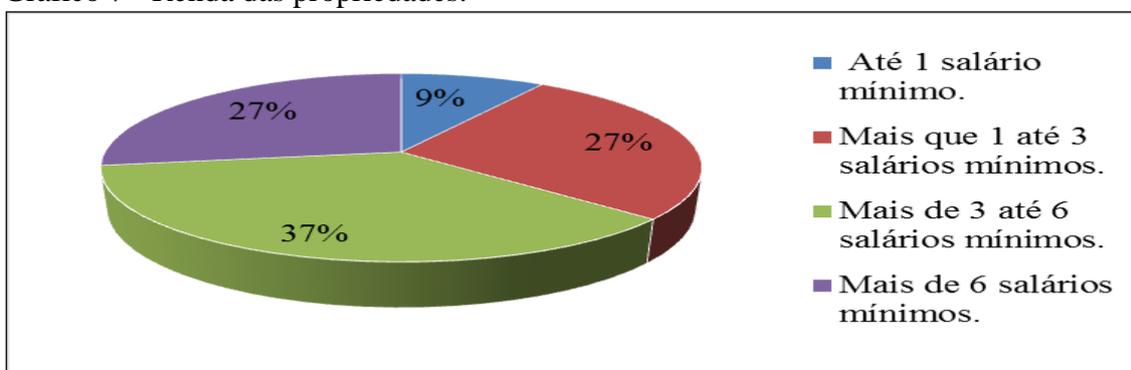
Nesta mesma linha de análise, quanto à presença do jovem na propriedade, Wanderley (2007, p. 24) salienta, “o compromisso dos jovens com a família é indispensável ao funcionamento e à reprodução da unidade produtiva e se expressa, especialmente, na sua participação no sistema de atividade familiar [...]”. Tal preceito pode ser confirmado ao verificar-se que em 10 das 11 propriedades entrevistadas, os jovens tem função fundamental e indispensável na mão de obra. Nestas 10 propriedades, as funções diárias de afazeres são realizadas pela família, ou seja, pelo pai, mãe e filho, e em apenas 1 das propriedades, o jovem ajudava de maneira esporádica.

A prática cotidiana e os estudos de campo realizados demonstram, que a questão da sucessão pode ser influenciada por diversos fatores, sendo eles a mão de obra como acima mencionado, que em muitos casos se torna fator determinante para a permanência ou saída. Entretanto, outra realidade de muitas propriedades, que pode influenciar na decisão dos jovens pela permanência, está relacionada à renda.

Diversos estudos tem observado a importância da renda para a sucessão geracional, pois a baixa rentabilidade, ou a falta de satisfação com a renda, contribui na geração do interesse dos sucessores em não permanecer no campo, podendo culminar na decisão pelo deslocamento para a cidade. Verifica-se então, a clara existência de uma relação frequente entre a renda e a sucessão [...] (SAVIAN, 2014, p. 98).

Torna-se fundamental ressaltar, que em relação à renda das propriedades apresentadas no Gráfico 7, apenas uma delas tinha renda mensal de até 1 salário mínimo o que pode ser considerado extremamente baixo para a atividade desenvolvida e para a subsistência de uma família no campo, porém, observou-se que nesta propriedade, a produção era baseada em um monocultivo. Nas demais propriedades, onde havia duas ou mais atividades como fonte de renda, os rendimentos variam de 3 a 6 salários mensais. Tal fato comprova a importância de diversificar a produção, evitando que esta se concentre em uma determinada época do ano, ou em uma atividade, reduzindo os rendimentos da família.

Gráfico 7 - Renda das propriedades.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

De certa forma, a existência de uma maior capacidade financeira, possibilita haver certa distribuição desta renda para com os jovens. Esta pode ser de maneira direta, na forma de salário ou de maneira indireta na forma de ajuda nos custos, fato muito comum nas propriedades estudadas, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Situação da distribuição do lucro da propriedade com os jovens

Forma de remuneração	Nº de propriedades
Salário fixo mensal	0 --
Porcentagem dos lucros	5 (45%)
Não recebe salário, recebe apenas um ajuda de custos.	6 (55%)

Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

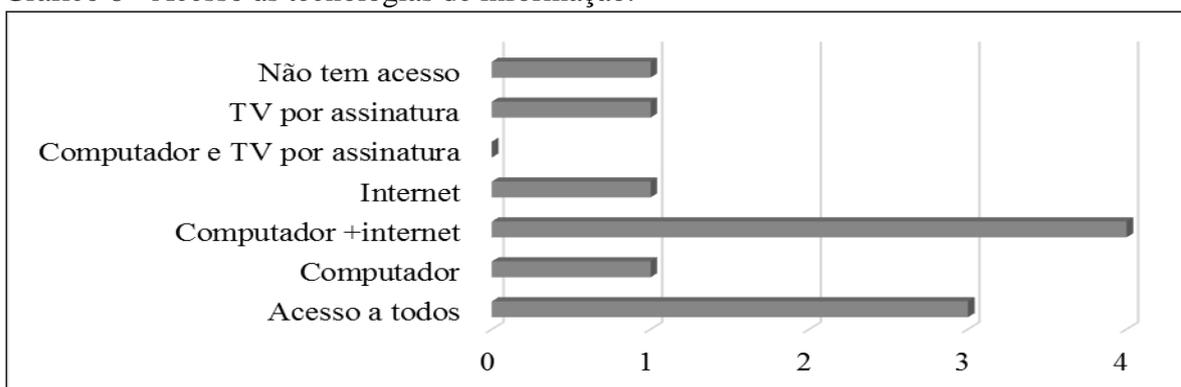
Observa-se mediante análise do quadro acima que 45% apenas das propriedades remuneram os filhos pela ajuda nos trabalhos, sendo que esta se dá pela porcentagem de lucros obtidos, ou seja, em função do total produzido ao longo do ano na propriedade como no caso do entrevistado 11, que recebe a terça parte de todo lucro da propriedade. A remuneração feita aos jovens, também pode se dar em função da lucratividade gerada pela

atividade, onde ele está mais diretamente vinculado e atuante, como por exemplo, a porcentagem no valor recebido pelo leite que é comercializado.

Através da análise das entrevistas realizadas, verificou-se que para alguns jovens, esta forma de pagamento pelas atividades exercidas nas propriedades não causa incomodo, uma vez que atuam conjuntamente na gestão, entendem que é fundamental cumprir com as obrigações financeiras e que pode haver variações na produção e nos custos. Entretanto, os de menor faixa etária, que não atuam juntamente na gestão não compreendem que embora a demanda de trabalho aumente, nem sempre os rendimentos ocorrem na mesma proporção, esta questão pode ser um motivo que pode condicioná-los a sair do campo, pois para eles, estão trabalhando cada vez mais e sem recompensa financeira. Esta questão pode gerar descontentamento e conflito entre pais e filhos, resultando na saída do jovem, mesmo nas propriedades com uma economia mais estável (STROPASOLAS, 2011).

Além da questão educacional, mão de obra, renda, o acesso tecnologias também é um importante elemento observado pelo jovem na tomada de sua decisão. Esta tecnologia pode ser relacionada a máquinas e equipamentos que viabilizam e suavizam as tarefas agrícolas, bem como, na forma de tecnologia voltada ao lazer, entretenimento e comunicação. Buscando conhecer esta realidade, os jovens foram questionados sobre as tecnologias de informação que estão presentes nas propriedades, os resultados são apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Acesso às tecnologias de informação.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Importante atentar-se ao fato, de que em apenas uma propriedade não havia nenhum meio de tecnologia informativa, também não havia nenhum meio tecnológico referente a máquinas ou equipamentos (com exceção de uma ordenhadeira) visando facilitar o trabalho na agropecuária, contudo, esta foi uma das propriedades onde o jovem afirma não ter interesse em permanecer.

O acesso às tecnologias pode ser de extrema importância, pois como elenca Costa (2010), o jovem que reside no meio rural tem anseios que se equiparam aos jovens dos meios urbanos, deste modo, eles desejam ter acesso aos meios de comunicação, se sentirem “ligados” com o que se passa pelo mundo, para tal desejam acesso à internet, celular, coisas que são comuns aos jovens.

O acesso diversificado a meios de comunicação pode ser considerado positivo, pois possibilita ao jovem estudar de uma maneira facilitada, bem como o deixa atualizado em relação a tudo que acontece na sociedade. Contudo, observou-se um aspecto negativo, para o jovem residente no meio rural o acesso à tecnologia em inúmeros casos, acaba por ser a única opção de lazer, conforme citam alguns jovens, eles se sentem impossibilitados de sair de casa por falta de opções de lazer próximos de sua moradia, bem como tempo hábil, vendo nos meios tecnológicos de comunicação, uma fonte de entretenimento e diversão.

Um aspecto que vem sendo muito abordado ultimamente como sendo um fator para o êxodo rural é a falta de espaços que tragam cultura e lazer para o campo, pois são fatores de descontração e socialização que aliviam o estresse causado pelo desgaste do dia-a-dia de trabalho no campo, assim como a ansiedade e a depressão [...] (CARVALHO et al, 2009, p.6).

Corroborando com o supracitado Zago e Bordignon (2012), ressaltam que a dificuldade e inexistência de lazer no campo podem vir a gerar certo descontentamento, crescendo no jovem o anseio de buscar fora dali opção de lazer, a qual ele geralmente encontra nos centros urbanos.

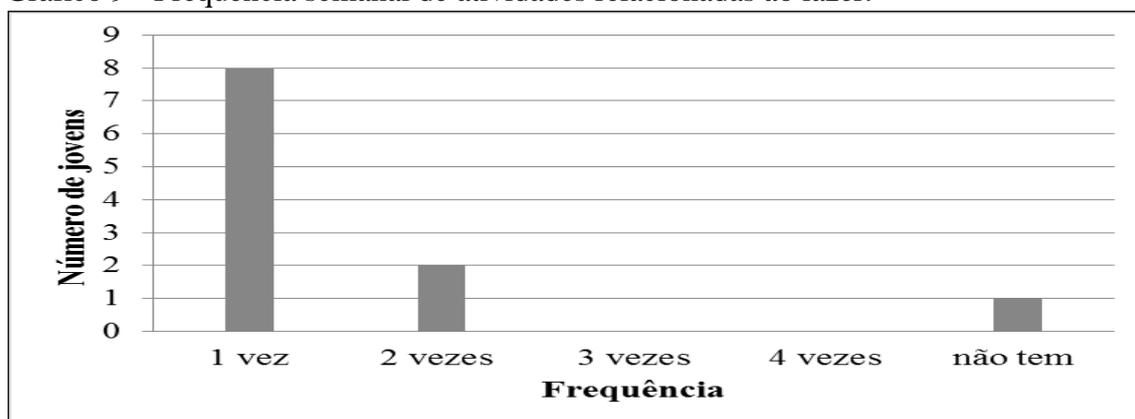
Posta assim a questão cabe à situação exposta pelo entrevistado 5, quando este argumenta que:

As atividades de lazer se baseiam em festas, mas é complicado ir, tem que conciliar o lazer com o trabalho e geralmente isto não é possível, os meus pais tem problema de saúde e eu sempre tenho que realizar a maioria dos afazeres sozinho.

Mesma situação foi mencionada pelo entrevistado 11, este enfatiza que sair para se divertir não é difícil, contudo não pode ser considerada uma tarefa fácil, existe falta de mão de obra, associado ao fato dos pais serem idosos, todos os afazeres são destinados a ele e a realização de todo o trabalho sozinho acaba consumindo muito tempo, não havendo “folga” para se divertir. Não se pode perder de vista, que tal realidade não pode ser generalizada, alguns jovens salientam não encontrarem dificuldades para o lazer; embora exista uma rotina de trabalho, é possível conciliar ambas.

No Gráfico 9 é exposta a frequência semanal de atividades direcionadas ao lazer pelos jovens. A maioria deles tem uma vez por semana alguma atividade, eles afirmam que os pais nestes momentos realizam os afazeres da propriedade, possibilitando a sua saída, nestas o processo de sucessão está em andamento. Um dos jovens entrevistados argumentou não ter atividades relacionadas a lazer, pois em função do que realiza na propriedade é praticamente impossível sair, sendo que este está completamente à frente da gestão produtiva. Os que citam terem duas vezes por semana alguma atividade de lazer são os jovens de 15 e 16 anos, que não tem ainda tanta obrigação dentro da propriedade. Observa-se assim, que quanto maior a responsabilidade dentro da propriedade menor é o tempo que o jovem possui para sua satisfação pessoal em questões de lazer.

Gráfico 9 - Frequência semanal de atividades relacionadas ao lazer.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Com relação aos tipos de atividades, as principais opções de lazer citadas pelos jovens são sair com amigos, ir a festas, praticar atividades esportivas, fazer uso de tecnologias de informação.

Ilustrando a assertiva, Costa (2010, p. 82) enfatiza que:

[...] Assim, agrupando a questão da infraestrutura e dos meios de comunicação juntamente com a questão do lazer e educação, percebemos a significativa relevância do fator sociocultural no momento da escolha entre sair ou ficar no meio rural [...].

Acrescenta-se, que a questão do trabalho realizado pelo jovem na propriedade é mais um dos fatores presentes na sua decisão. Analisando a carga horária de trabalho dos jovens, verificou-se que esta variou de 3 a 12 horas diárias. Constatou-se, que a carga horária é maior nas propriedades que se dedicam à produção animal (leite, suínos e aves), onde, em todos os

casos que estas se fazem presentes, os jovens citam empregar em média 6 a 12 horas diárias para as atividades. Quando nestas, há duas ou mais atividades pecuárias, como a produção leiteira e a avicultura, resulta numa carga horária semanal demasiadamente elevada para os jovens, ultrapassando 12 horas diárias, impossibilitando-o de sair ou realizar qualquer outra atividade, o que pode ocasionar no seu desinteresse em permanecer.

Corroborando com o assunto, convém ressaltar a presença da pluriatividade em algumas propriedades rurais, nas quais, os jovens, além das atividades desenvolvidas na propriedade, trabalham de maneira terceirizada nas horas vagas como uma maneira de incrementar a renda pessoal ou da propriedade. Dos 11 entrevistados, 5 deles realizam este tipo de trabalho, com remuneração variando de R\$500,00 a R\$1.500,00 reais mensais, como exemplo, cita-se o caso do entrevistado 6, este utiliza do trator da propriedade para prestar serviço aos vizinhos, com uma remuneração líquida de aproximadamente R\$830,00 mensais.

Desta forma, percebe-se que as condições de trabalho, renda, bem como a realidade socioeconômica dizem muito a respeito do jovem e da propriedade, sendo um instrumento de análise interessante, pois tem relação com a qualidade de vida que é fator determinante, seja ela no meio rural ou urbano. Desta forma, a questão socioeconômica tem grande peso na decisão do jovem, pois é ela que dita o estilo de vida que ele terá e a sua possibilidade de interação social.

4.3 PERSPECTIVAS E FUTURO DA JUVENTUDE RURAL

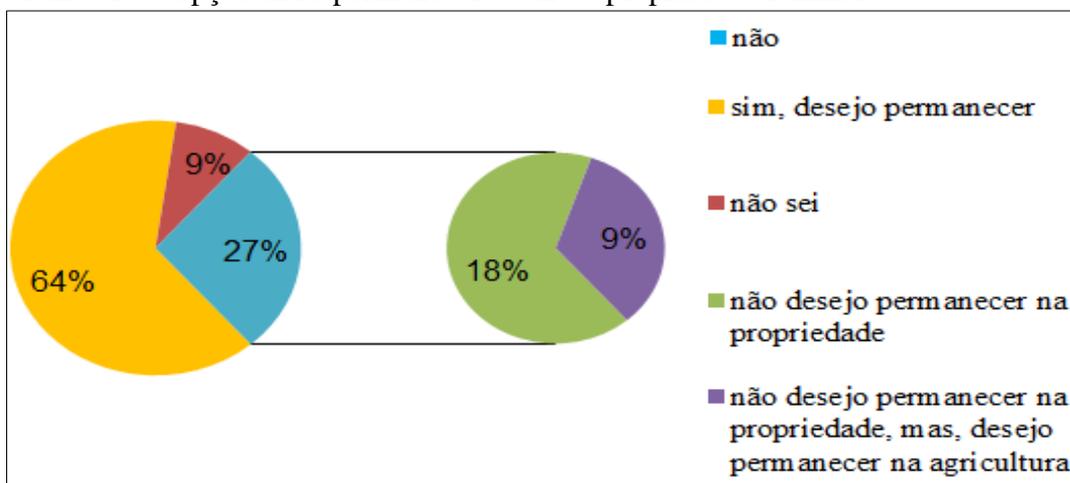
Na seção que segue, serão abordadas as perspectivas dos jovens quanto ao seu futuro no meio rural, o que terá influência certa no seu desejo em permanecer e os fatores que podem influenciar nesta decisão, bem como, compreender se a falta de sucessão rural pode impactar no desenvolvimento socioeconômico do município.

A juventude é a base da sociedade, nela está centrada a perspectiva no que tange o desejo da mudança, da busca por novos ideais e novos caminhos. Não se pode perder de vista, que este papel chave do jovem está muito inserido no contexto da agricultura familiar, pois a continuidade das propriedades está intrinsecamente ligado à sua permanência. Sendo que o desejo de permanecer ou não demonstrado pelo jovem, está muito vinculado ao ambiente no qual ele está inserido.

Embora a sucessão rural seja fonte de dúvidas e incertezas para a maioria dos jovens, na região estudada ela está um tanto quanto estabelecida. Conforme pode ser verificado no Gráfico 10, dos 11 jovens abordados pelo estudo, 7 deles, o que representa 64% do total,

afirmam que desejam permanecer na agricultura e na propriedade, paradoxalmente a muitos estudos até então desenvolvidos, onde a maioria dos jovens opta por sair das propriedades.

Gráfico 10 - Opção entre permanecer e sair da propriedade familiar.



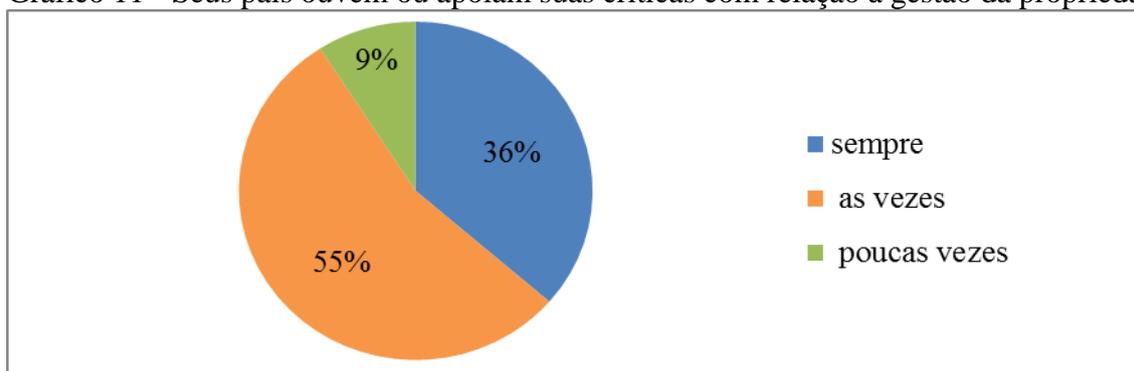
Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Cumpra ser examinado neste passo, que 9% (1 jovem), ainda não decidiu se irá ou não permanecer, contudo este tem 15 anos e sabe-se, que nesta idade os anseios e projetos futuros geralmente ainda não estão completamente formados e estabelecidos. Os outros 27% (3 jovens), indicaram que não desejam continuar na propriedade, deste total, 18% (2 jovens), não demonstraram interesse em permanecer, opção esta explicada pelo motivo de realmente não gostarem das atividades agropecuárias, nem sentirem apressado pelo ambiente agrícola e 9% (1 jovem) deseja permanecer na agricultura, mas não na propriedade, devido à falta de recursos e incentivo.

Neste sentido, proveitosa é a contribuição de Carvalho et al (2009), enfatizando que o desejo demonstrado pelos jovens em permanecer no campo, indica que estão realizados, o ambiente propicia o seu desenvolvimento pessoal, profissional e econômico, sendo este sentimento de identidade e envolvimento com o campo de suma importância, pois permite a sua permanência em função dos benefícios que ali encontram. Por outro lado, quando o jovem não tem interesse em permanecer não deve ser forçado a ficar, pois, não é ali que ele sente-se realizado, não terá anseios de mudança, podendo numa etapa futura desistir da propriedade.

Em um segundo momento, cabe observar, que o estudo encontrou uma alta porcentagem de jovens decididos a permanecer na propriedade. Presume-se que tal decisão, pode estar relacionada ao fato destes poderem interferir diretamente na gestão da propriedade. Como há de verificar no Gráfico 11, a opinião dos jovens tem relevância dentro das propriedades, o que pode servir como motivação à sua permanência.

Gráfico 11 - Seus pais ouvem ou apoiam suas críticas com relação à gestão da propriedade?



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Contribuindo com o tema, outro fator que pode motivar o jovem a permanecer e melhorando suas perspectivas, está relacionado ao modelo de gestão e ao grau de relacionamento adotado entre pais e filhos nestas propriedades. A respeito do assunto, perguntou-se aos jovens da existência de conversas na família em relação à sucessão da propriedade.

Quanto a isto, 4 deles afirmam sempre conversarem com os pais sobre o tema, outros 4 alegam que as conversas são eventuais e 3 citam que raramente o tema é abordado. Sobre as tomadas de decisão na gestão da unidade produtiva, em 9 das 11 propriedades visitadas, os jovens afirmam que todas as decisões em relação à propriedade são tomadas em conjunto. Em apenas 2 propriedades, os jovens afirmam serem somente os pais os tomadores de decisão.

A falta de autonomia é um dos motivos condicionantes ao êxodo rural para o jovem, desta forma, a integração dele à gestão da propriedade pode condicioná-lo a permanecer, conforme foi observado na análise em campo. Acrescenta-se a isto, que este modelo de gestão mais participativa que coloca o jovem em meio às decisões, dá significância a sua opinião e faz emergir no mesmo a vontade por permanecer. Cabe ressaltar, que este modelo de gestão mais participativa, pode se dar em razão do tipo de produção desenvolvida nas propriedades.

Os sistemas de produção que combinam duas, três ou mais explorações (grãos, hortaliças, leite ou suínos, aves e leite, por exemplo) tendem a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo do que sistemas de produção baseados num único tipo de exploração (grãos, por exemplo). Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto variado de atividades necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo dos filhos (as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades [...] (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 167).

A opinião dos autores é confirmada mediante o fato, de que os jovens entrevistados que decidiram por ficar na propriedade, são os mesmos que citaram terem participação direta na gestão, e onde a produção era diversificada. Presume-se, portanto, que a integração do jovem na administração e tomada de decisões, pode ser fundamental, sendo elemento balizador para a sua permanência, como já mencionado anteriormente.

Convém ressaltar neste momento, que muito se argumenta no fato da herança patrimonial influenciar o jovem a ficar. Contudo mediante as informações obtidas no estudo, verificou-se que o fato da permanência não depende da herança. Para 9 dos 11 jovens entrevistados, a herança não é a razão principal da sua escolha em permanecer ou sair. De acordo com o entrevistado 6, o fato de receber a propriedade como herança poderia motivá-lo a ficar, pelo fato desta já estar estruturada excluindo a necessidade de investimentos, sendo assim um incentivo. Já para o entrevistado 8, mesmo recebendo a propriedade por herança ele não permaneceria e para o entrevistado 1, a decisão não depende da herança, mas sim do desejo e vocação do jovem.

Desta forma, cumprir com as expectativas dos jovens para seu futuro que segundo eles é de desenvolvimento, estabilidade econômica, qualidade de vida e reconhecimento pelo que produzem, consiste em uma importante ferramenta para despertar neles o desejo da permanência na agricultura. Pois, a saída do jovem tem como consequência a redução da população ativa vinculada ao meio rural, e isto afeta diretamente a questão da sucessão das propriedades, principalmente as familiares (FROEHLICH et al, 2011).

Relembrando o já afirmado, o impacto da falta de sucessão nas propriedades, afeta o desenvolvimento socioeconômico municipal, pois a migração de jovens para os centros urbanos demanda para estas maiores volumes de recursos, pois será necessário investir em infraestrutura para esta população crescente do meio urbano. Desta maneira, com menor arrecadação e uma necessidade de atender estas pessoas que migram para a cidade, menos dinheiro fica disponível para investir na agricultura, ou seja, o desenvolvimento rural acaba por ser comprometido em via de mão dupla, por falta de investimento e população economicamente ativa, a saída do jovem acaba gerando um problema de efeito “dominó”.

Confirmando o supracitado, o *Expert 2* enfatiza que para um município com 70% da renda advinda da agricultura familiar, a saída do jovem, afetaria severamente o desenvolvimento municipal, pois, a base da arrecadação, a agropecuária, será reduzida. Contribuindo o *Expert 3*, salienta que grande parte de produtores do município que estão nas atividades agrícolas, já possuem uma idade avançada e não poderão permanecer nela por

muito tempo, sendo assim, a presença do jovem se torna fundamental para a continuidade da agricultura familiar e para o desenvolvimento municipal.

Constata-se mediante o apresentado até aqui, que a continuidade do jovem na propriedade é motivada por uma série de elementos, contudo é fundamental considerar as perspectivas destes jovens, e é importante integrá-lo na propriedade desde cedo, para que ele tenha apressado por aquilo que está desenvolvendo. Por tais razões, Abramovay (2005), afirma ser na juventude que se desperta os anseios de conhecer o novo é nela que nasce o desejo da mudança, o desejo de inovar, de mudar, sendo também uma característica do jovem e é extremamente útil para a sociedade como um todo.

4.4 A DECISÃO EM PERMANECER OU DEIXAR O CAMPO

Nesta seção serão colocados em pauta os principais fatores que condicionam a decisão tomada pelos jovens estudados, com relação à sucessão rural. Para tal propósito, descrevem-se quais são os principais motivos que influenciam nesta decisão.

O jovem é uma figura de extrema importância no meio rural. Ilustrando a assertiva Zóti (2011), elucida este papel tão fundamental desempenhado pelo jovem, afirmando que ele consiste em um elemento substancial para a sucessão e para a continuidade dos trabalhos agrícolas. Entretanto, causa certa inquietação, uma vez que se observou ao longo dos anos uma diminuição drástica na sucessão, e conseqüentemente uma redução no número de pessoas que residem no meio rural.

Conforme mencionando nas seções anteriores, os fatores relevantes para o jovem optar por permanecer na sucessão rural, dizem respeito à relação existente na família, a autonomia do jovem com relação às decisões tomadas dentro da propriedade, bem como, as condições de trabalho, renda e, observou-se que tais fatores têm importância e significância na opção do jovem. Contudo, esta decisão transcende somente estes aspectos, tal afirmação pode ser confirmada mediante a opinião dos jovens.

Quando questionados, sobre as razões que levam os jovens a sair do meio rural, convém ressaltar a opinião do entrevistado 5, segundo ele é a falta de incentivo e as dificuldades encontradas, como trabalho pesado, falta de renda fixa e jornada de trabalho muitas vezes maior que 8 horas diárias, sem folga nos finais de semana.

Seguindo esta análise, se verifica que tais afirmações em relação à sucessão são confirmadas pelos *Experts* consultados pelo presente trabalho. Para eles, os motivos que estão influenciando nesta decisão são a falta de liberdade existente na agricultura, restringindo em

muitos casos o direito à folga no final de semana, feriados. Também, a existência de choque de ideias entre pais e filhos, onde os pais não estão abertos a mudanças, e negam autonomia ao jovem dentro da propriedade, fazendo-os se sentirem subordinados, e ainda, à falta de renda fixa, criando a falsa ideia de que a cidade oferece melhores condições de trabalho e renda.

Outro fator relevante, segundo os entrevistados são a necessidade de altos investimentos para iniciar ou permanecer em alguma atividade agropecuária, à falta de preço fixo ofertado aos produtos que são comercializados, o que acaba por desestimular os jovens de investir na propriedade, ou em nova atividade. Assim como, a questão da vocação pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias e gosto por viver no campo.

Quanto à vocação demonstrada pelos jovens, o *Expert 2* enfatiza ser este um importante elemento a ser considerado, esta vocação deve ser respeitada, não devendo obrigá-lo a permanecer. Corroborando com o assunto, Abramovay (2005), explicita que a famosa expressão popular “fixar o homem ao campo”, acaba por ter certo tom nocivo, pois quando referimo-nos à juventude, estamos nos retratando a pessoas e não a objetos, não podendo assim manipular os mesmos. Ou seja, a vontade do jovem é fator chave e é considerando-os que novos modelos de gestão e sucessão devem ser construídos e trabalhados.

Os argumentos acima mencionados assemelham-se as afirmações de Haas (2013), de que a falta de oportunidades, melhores condições socioeconômicas como, renda, liberdade nos finais de semanas e trabalho menos árduo é que, levam muitos jovens a saírem das propriedades e buscar isto tudo fora, especialmente nos centros urbanos.

A saída dos filhos das propriedades que pode ser motivada pela alta demanda por mão de obra, carga de trabalho exaustiva, pode ser agravada, uma vez que, as empresas integradoras aumentam a cada dia as exigências de produção em termos de alimentação e sanidade, isto reflete em aumento dos custos de produção, e mão de obra (VARGAS; SPANEVELLO, 2010).

Agregando ao tema, o entrevistado 2 salientou que nos sistemas produtivos vinculados a empresas integradoras, o produtor tem trabalho pesado e geralmente a remuneração recebida pelo trabalho não compensa o esforço por ele despendido, vivenciando tal cenário, o jovem acaba por perder o interesse em continuar na propriedade. Já o entrevistado 10, corroborando com o assunto, argumenta que na atualidade, a exigência por investimentos na produção é crescente e estes, sempre devem seguir as regulamentações e normas obrigando o agricultor a trabalhar e investir segundo a vontade das empresas.

Para ser aceito como integrado das agroindústrias, o agricultor familiar deve seguir os preceitos tecnológicos recomendados pelos técnicos das empresas e fazer os investimentos necessários para iniciar ou melhorar suas atividades. Quer dizer, as agroindústrias trouxeram consigo um processo de diferenciação interna entre os agricultores familiares: aqueles que se integraram passaram a adotar um padrão tecnológico e produtivo atrelado aos imperativos do mercado [...] (COSTA, 2010, p. 40,41).

Neste mesmo sentido o entrevistado 6 expressa que na atualidade, há uma baixa valorização pelo que se produz, aumenta-se as exigências a cada dia em virtude do aumento das exportações, contudo, o produtor ganha cada vez menos. Questão esta verificada por Plein (2003), que em trabalho realizado no extremo oeste catarinense, observou que atualmente quem fica com o lucro da agricultura é a integradora, a qual não repassa este para o produtor, alienando-o socialmente a ela e manipulando o mesmo.

Em suma, embora a agroindústria torna-se a grande vilã, ela está presente na maioria das propriedades. Conforme enfatiza Aguiar e Stropasolas (2010), o constante aumento nos custos de produção, a vulnerabilidade dos preços, e as intempéries climáticas podem causar frustrações de safras. Neste sentido, observa-se que muitos produtores buscam encontrar na integração, um amparo para conseguir obter renda suficiente para a manutenção da reprodução familiar.

Logo, agregando ao acima exposto, observa-se que a região de estudo apresenta um histórico de produção ligado a agroindústria, sendo, portanto, a questão cultural e histórica, que associada ao tipo de relevo (Figura 4), que em muitos casos define o tipo de produção a ser exercida nas propriedades.

Figura 4 - Relevo de uma das localidades abordadas pelo estudo.



Fonte. Do autor, 2015.

Mediante este fato, verificou-se que esta decisão pela adesão agroindustrial, ocorre em função da carência de uma assistência técnica mais efetiva a qual, possa demonstrar ao produtor que a agregação de valor em uma propriedade pode ser maior, através de outros caminhos que não a agroindústria. “Deve haver uma assistência técnica mais ampla, que vise atender aos propósitos do agricultor prioritariamente e não da empresa ou particular.” (ENTREVISTADO, 11).

Em consonância Carvalho et al (2009, p.9), salientam sobre a falta de assistência técnica expondo que “[...] é notória a necessidade de se aumentar o acesso dos jovens rurais à assistência técnica, pois além de orientá-los, aos poucos eles vão se tornando capacitados para exercer atividades com maior produtividade [...]”.

Buscando investigar os fatores que condicionam as decisões dos jovens, perguntou-se a eles sobre as vantagens e desvantagens que encontram no meio rural. Para muitos jovens, estes dois pontos são cruciais e acabam sendo a razão por escolher entre permanecer e sair. Quanto a estas vantagens e desvantagens, podem ser observadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Vantagens e desvantagens para o jovem rural.

Identificação	Vantagens	Desvantagens
Entrevistado 1	Viver junto com os pais, ter o amparo da família.	Não há, pois o meio rural oferece boas condições de vida.
Entrevistado 2	Qualidade de vida a baixo custo.	Morar longe dos centros urbanos, não ter a disponibilidade de ter tudo à mão quando precisa.
Entrevistado 3	Ser dono do próprio negócio.	Estar mais amarrado pelo serviço, ter mais compromisso e responsabilidades.
Entrevistado 4	Não ter horário para cumprir, não receber ordens e ser dono do próprio negócio.	Falta de renda fixa, e trabalhar a campo (sol).
Entrevistado 5	Qualidade de vida, fazer aquilo que realmente gosta, ser dono do próprio negócio, estar investindo para o futuro.	Desprezo por ser agricultor.
Entrevistado 6	Facilidade de crédito	Baixa valorização pelo que produz.
Entrevistado 7	Poder crescer na área, ser dono do próprio negócio.	Menor liberdade, final de semana e feriado é dia normal.
Entrevistado 8	Viver longe dos perigos dos centros urbanos, ter maior tranquilidade.	Poucas opções de lazer e morar longe das poucas disponíveis.
Entrevistado 9	Maneira mais fácil de ganhar bem para quem não tem estudo.	Sem folga nos finais de semana e feriado.

Entrevistado 10	Não ter patrão, estabelecer seus horários.	Serviço é diário, sem folgas.
Entrevistado 11	Trabalhar por conta própria, não ter patrão e fazer o que gosta.	Não ter garantia de lucro (salário fixo), falta de folgas, poucas opções de lazer e liberdade.

Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Observa-se que as respostas dos jovens se equiparam em vários aspectos, retratando muito do que já foi mencionado, sendo a principal desvantagem a falta de liberdade em função da alta exigência que os trabalhos a campo demandam, principalmente, nas propriedades com renda advinda da pecuária. Também mencionam o fato de ter poucas opções de lazer, bem como, pouco tempo disponível para si, assim como a falta de uma remuneração fixa, proporcionando aos jovens, maior dependência dos pais fato constrangedor principalmente aos filhos homens.

Dentre as vantagens relata-se o motivo de ter qualidade de vida, não ter patrão, de ser dono do próprio negócio, percebe-se com isto, que os jovens sentem-se mais felizes quando não são subordinados, quando tem poder de decidir por aquilo que querem fazer, o que remete-nos ao fato da importância da autonomia para o jovem. Tal fato foi constatado no presente estudo, quando maioria dos jovens entrevistados optou por permanecer e isto, foi associado ao motivo dos mesmos apresentarem esta autonomia na gestão da propriedade.

Mais uma vantagem citada pelos jovens relacionada à vivência no campo diz respeito à facilidade de crédito existente para o jovem rural. Contudo, abordado tal tema junto aos entrevistados, 100% deles afirmam não acessar, no momento, nenhuma política de crédito, direcionada ao jovem rural. Quando questionados do motivo, eles salientaram: não ter conhecimento ou interesse em acessá-las, medo, indisponibilidade de tempo e também por não se enquadrar em tais linhas de crédito, conforme pode ser verificado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Motivo pelo qual jovens não acessam políticas de crédito direcionadas a eles.



Fonte. Elaborado pelo autor, 2015.

Com relação às políticas e programas direcionados aos jovens, os *Experts* entrevistados bem como os jovens argumentam da importância de uma reformulação nas normas de acesso e nos valores oferecidos, estimulando assim a sua procura por parte dos jovens. Exemplificando, o acima exposto, o *Expert 1* salienta que muitos jovens mostram interesse e procuram por exemplo, pelo crédito fundiário, uma das políticas de créditos que é direcionada ao jovem do campo, porém, o valor das terras consideradas boas está muito elevado e o valor oferecido hoje por tal programa, é insuficiente para tal propósito.

Cabe ressaltar que estes programas e projetos direcionados à juventude rural, representam uma forma de incentivo e auxílio para que eles possam realizar melhorias da gestão, produção, possibilitando investir de forma mais segura na propriedade. Desta forma, a união de programas e projetos com os demais elementos que propiciam ao jovem permanecer no campo resultará em qualidade de vida para eles e no fortalecimento da agricultura familiar.

Outro fator relevante a ser explorado, que demonstra o grau de satisfação dos jovens com o ambiente em que está vivendo, diz respeito à sua visão sobre a forma como a propriedade vem sendo administrada. Quanto a este aspecto, 9 dos 11 jovens entrevistados desejam realizar mudanças na gestão, entretanto, seriam investimentos visando aumentar a produção e minimizar o trabalho braçal. Desta forma, observa-se que embora estes jovens possam mudar a gestão, esta seria em prol de melhorar sua condição de trabalho, aumentar a renda, melhorando assim sua qualidade de vida. Além de que o fato de desejar investir na propriedade, indicando para o real desejo dele em permanecer na agricultura.

Dentro desta ótica, aponta-se que os principais motivos que influenciam nas decisões tomadas pelos jovens por, permanecer ou não no meio rural e na sucessão das propriedades são ligadas aos fatores, econômicos, políticos, sociais, culturais, educacionais e ao ambiente familiar, assim como, à rotina exercida por eles na propriedade.

É importante proporcionar ao jovem do meio rural, um ambiente que seja capaz de atender suas necessidades econômicas, que consiga promover sua integração social e propiciar sua cidadania, para que assim, se possa aumentar o número de jovens que pretendem continuar no campo (DALCIN; TROIAN, 2009). Esta visão corrobora com Maldaner (2015, p. 64), quando argumenta “[...] este desafio pode ser superado na medida em que ocorra principalmente a valorização da figura do agricultor familiar, a maior geração de renda nas propriedades e o comum acordo entre pais e filhos quanto ao tema”.

4.5 POSSIBILIDADES E DESAFIOS À SUCESSÃO RURAL NO MUNICÍPIO

Na presente seção, serão apontadas algumas possibilidades existentes, bem como desafios a serem vencidos, visando incentivar a permanência dos jovens na sucessão das propriedades rurais pertencentes à agricultura familiar no município de Cunha Porã.

De acordo com dados da GLOBO.COM² (2015), nos últimos 25 anos, na região oeste do estado de Santa Catarina, um montante de aproximadamente 75 mil jovens deixaram as propriedades rurais e migraram para os centros urbanos, ameaçando a continuidade das cerca de 30 mil pequenas propriedades aqui encontradas. Tal situação, tem intrigado a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Logo, esta organização teme que entre os anos de 2030 a 2050 a produção de alimentos poderá estar comprometida, em razão desta falta de jovens nas propriedades e do envelhecimento da atual geração que está à frente delas. Tendo por objetivo reduzir as consequências de tal processo, possibilidades devem ser apontadas e desafios superados, uma vez que a permanência do jovem no campo é de suma importância para o desenvolvimento rural.

Como um dos desafios, aponta-se, para a existência de interação entre pai e filho na gestão da propriedade, pois promove um contato mais direto entre o sucessor e a família. Este envolvimento deve ocorrer desde cedo e ser fortalecido pela conversa e confiança, motivando o jovem, favorecendo assim o desenvolvimento da vocação, tornando o processo de sucessão menos conturbado.

No que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, este é um grande desafio a ser vencido. Pensando nisto, os órgãos municipais que trabalham diretamente com a agricultura familiar na área de desenvolvimento e assistência técnica vem pesquisando e desenvolvendo programas no sentido de promover a interação geracional e buscar este fortalecimento através do incentivo à permanência do jovem.

Exemplificando, o *Expert 3* afirma que na instituição em que ele trabalha existe incentivo para os jovens permanecerem nas propriedades, oferecendo a eles opções de lazer, entretenimento e principalmente conhecimento, pois, na agricultura os processos produtivos mudam constantemente. Supõe-se que este preparo do jovem para realizar as atividades agrícolas, possibilita a ele conhecer e fomentar políticas de desenvolvimento, de incremento de renda, diversificação na produção, possibilitando assim a sua permanência, e conseqüentemente fortalecendo a agricultura familiar.

²<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/09/preparar-um-herdeiro-pode-garantir-o-sucesso-das-propriedades.html>

Importante retratar, que as possibilidades e desafios a serem desenvolvidos devem ter como prioridade atender os anseios do jovem, despertando neles, o interesse e o desejo de permanecer na propriedade. Quanto a isto, a opinião dos jovens participantes da pesquisa aponta para o que foi desenvolvido ao longo do presente trabalho, sendo, a existência de confiança dos pais nos filhos, dando lhes liberdade para intervir nas tomadas de decisão e auxiliar na gestão da propriedade. Que ocorra maior valorização pelo trabalho, que os preços ofertados aos produtos sejam mais estáveis, evitando as oscilações de mercado e que as integradoras passem a valorizar o trabalho dos seus integrados. Portanto, é preciso trabalhar com hipóteses e ideias inovadoras, fugindo dos padrões impostos pela sociedade e pelos sistemas produtivos em andamento.

Neste sentido, um desafio a ser colocado em pauta é o incentivo à participação em mercados institucionais. Projetos focados neste tipo de mercado são de grande valia, pois promovem o fortalecimento da agricultura familiar, desvinculam o produtor das empresas terceirizadas e atravessadores. Desta forma, possibilitam ao jovem desenvolver novos modelos de produção, mais diversificados, favorecendo a qualidade de vida, aumentando seu rendimento econômico e conscientizando-o de sua importância para o desenvolvimento rural.

Para acrescentar ao tema Aguiar e Stropasolas (2010, p. 167) afirmam que:

Os sistemas de produção diversificados, como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, favorecem, ainda, o acesso do(a) jovem à renda. Podemos perceber isso especialmente quando nas atividades desenvolvidas encontrava-se a produção de leite ou de hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras. Através dessas atividades é possível ao jovem obter uma renda mensal e semanal, respectivamente.

Com relação à importância da agroecologia na construção de metodologias para a manutenção do jovem no campo, elenca-se, da importância de reformulação dos conceitos da agricultura tradicional desenvolvida em muitas propriedades. Sendo necessário conscientizar e demonstrar às famílias de que este modelo de produção agroecológico permite maior agregação de valor aos seus produtos, uma vez que é ecologicamente correto, socialmente justo, e economicamente viável. Desta forma, poderiam se fortalecer as possibilidades da permanência dos jovens no campo, por meio de modelos produtivos diversificados, visando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

Quanto a isto, a organização e diversificação da produção, por meio de hortifrutigranjeiros para o atendimento dos mercados locais é apontada pelo *Expert 1*, como uma das alternativas para o jovem. Para ele, este é um grande desafio a ser vencido, uma vez que a geração que atualmente está à frente das propriedades tem receio de mudar e buscar por

novas opções na produção sendo necessário, portanto, preparar e motivar o jovem, despertando nele o interesse e o desejo da mudança.

Corroborando com a discussão, os *Experts* ouvidos, acreditam que a continuidade da agricultura familiar com interesse e participação do jovem é possível, contudo é preciso superar desafios não somente produtivos, mas também sociais e econômicos. Para eles, devem existir alterações em relação ao crédito fundiário, acredita-se que com um valor mais condizente com as terras de cada região, mais jovens que estão nas cidades voltariam, pois poderiam adquirir terras para produzir, sem serem necessários muitos investimentos em fertilidade ou manejo do solo. Outro fator relevante por eles mencionado diz respeito, ao enquadramento no programa, facilitando o acesso ao mesmo.

Como relação as demais políticas públicas, principalmente aquelas direcionadas aos jovens rurais, os *Experts* salientaram da possibilidade destas serem mais direcionadas ao incremento de renda, atuando como um importante mecanismo de valorização do trabalho e da produção, incentivando assim a permanência do jovem. Citam que a descentralização das políticas públicas, possibilitaria que cada estado ou município trabalhasse de acordo com as necessidades locais. A descentralização de muitas políticas públicas seria de grande importância, pois a realidade socioeconômica é muito diferente, nas mais diversas regiões brasileiras (ENTREVISTADO, 3).

Como se verifica, as possibilidades e os desafios são muitos, eles envolvem a propriedade, a família e a sociedade. Acredita-se, que se todos estes elementos citados trabalharem de modo a propiciar às condições socioeconômicas favoráveis a permanência do jovem nas propriedades, a reprodução social na agricultura familiar estará garantida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas pelo presente estudo, o qual se deteve em compreender quais os motivos que condicionam as decisões dos jovens por permanecer ou sair das propriedades, concluiu que a agricultura familiar, tem papel de extrema relevância para o município de Cunha Porã, pois atua de maneira direta através de seus lucros e produtos, bem como, participa ativamente na movimentação dos demais setores da economia.

Quanto à questão sucessória no município, conclui-se, que o principal problema encontrado está na tendência ao envelhecimento da população rural, masculinização nas propriedades e a concentração da população no meio urbano, assim como, redução das pequenas propriedades, processo este decorrente do intensivo êxodo rural ocorrido nas últimas décadas, ocasionando problemas econômicos, sociais e culturais levando à redução no número de jovens no campo e conseqüentemente, à venda das propriedades devido à falta de mão de obra.

Os jovens atualmente inseridos no âmbito rural tem a sua disposição um ambiente diferenciado, com acesso à educação, tecnologias, onde as propriedades estão mais organizadas, possibilitando assim que a renda destas seja mais estável. Contudo, isto não é suficiente para garantir a permanência dos jovens na agricultura, eles ainda se deparam com problemas relacionados ao lazer em decorrência da rotina de trabalho que desenvolvem dentro da propriedade e a baixa disponibilidade de opções de entretenimento próximas as suas residências ou comunidades, assim como, a falta de rendimento salarial.

Considera-se finalmente, que a decisão do jovem pela permanência na propriedade, está relacionada à sua autonomia, uma vez que o presente estudo identificou um total de 64% dos jovens decididos a permanecer nas propriedades e continuar com os trabalhos agrícolas. Logo, conclui-se que esta decisão esteja relacionada ao fato de, em 91% das propriedades existir trabalho conjunto entre pais e filhos, abrindo espaço à autonomia do jovem.

Além da autonomia, o ambiente familiar que o jovem compartilha e as condições socioeconômicas que ele possui disponível também consistem em importantes elementos a serem considerados no momento de optar por permanecer ou não na propriedade, estes elementos, possibilitam a ele desenvolver seus projetos tanto pessoais, como econômicos e sociais. Contudo, um importante ponto a ser observado referente à decisão destes jovens é o gosto pelas atividades agrícolas, conclui-se, que independentemente de herança, disponibilidade de renda ou autonomia, sem vocação para a agricultura ele opta por sair.

Finalmente, como uma possibilidade, direcionada à problemática da sucessão rural no município, aponta-se para o investimento em uma assistência técnica contínua junto às propriedades, realizadas por meio de agrônomos, técnicos, veterinários, dando assim o apoio teórico e prático que os jovens necessitam, incentivando e promovendo a sua capacitação, preparando-os para o gerenciamento da propriedade e para a produção. A partir disto, será possível seguir caminhos diferentes dos modelos atuais, os quais não estão agregando muito para a continuidade dos jovens nas propriedades, pelo contrário, os faz perder o interesse.

Por fim, conclui-se que a questão da sucessão não está vinculada somente a políticas públicas, herança, autonomia ou renda, mas sim ao somatório de vários fatores que interferem direta e indiretamente na questão em pauta. Embora o presente trabalho tenha sido limitado somente à região sudoeste do município, em razão da grande extensão territorial, aponta-se como uma possibilidade de semelhanças nas demais regiões, dada a pouca variação cultural e organizacional dentro do mesmo município. Aponta-se ainda para a continuidade dos estudos sobre sucessão rural no município, justificada, em razão de tamanha importância que o tema tem para a continuidade da agricultura familiar, assim como, para o desenvolvimento municipal e regional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p.137-157, jan/abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8932/5051>>. Acesso em: 02 set. 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/imagens/0013/001315/131546porb.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**. 2005. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/juventude_rural_ampliando_oportunidades.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 157-181. Disponível em: <<http://portalyfade.mma.gov.br/biblio-morroquianos?download=220:genero-e-geracao-em-contextos-rurais>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- BRASIL. Portal da Transparência. **FPM- fundo de participação municipal**. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalleGlossario.asp?letra=f>>. Acesso em: 05 set. 2015
- BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. BRASÍLIA Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.
- CARVALHO, Daniela Moreira et al. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015
- CRYSTHIAN, Rhudy. De pai para filho. **Campo**, Goiás, v. 196, p.21-25, out. 2011. Disponível em: <<http://sistemafaeg.com.br/images/revista-campo/pdfs/2011-10-outubro.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. **Juventude e sucessão rural**. Disponível em: <www.contag.org.br/imagens/f2067juventudeesucessaural.doc>. Acesso em: 23 set. 2014.
- COSTA, Adriana Maria da Silva. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: um estudo sobre o oeste catarinense**. 2010. 180 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Extensão Rural,UFV, Viçosa Mg, 2010.

Disponível em:

<http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/FATORES_ECONOMICOS_E_SOCIAS_NA_SUCES_SAO_NA_AGRICULTURA_FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

COSTA, Adriana da Silva ; FIUZA, Ana Louiza; DIOLA, Valdir. **Uma forma alternativa de transição da agricultura familiar e sucessão das propriedades no Extremo Oeste**

Catarinense. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3051&Itemid=231>. Acesso em: 24 set. 2014.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes.

Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.465-483, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n2/07.pdf>>.

Acesso em: 11 set. 2015

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária: Estudo de Caso no município de Morro Redondo, RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006. Disponível em:http://www2.ufpel.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=346. Acesso em: 24 set. 2014.

CUNHA PORÃ, Prefeitura Municipal. **Município**. Cunha Porã ,2013. Disponível em:

<<http://www.cunhapora.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/8446#.VQaxtNLF91Y>> . acesso em: 28 fev. 2015.

DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. I seminário nacional de sociologia e políticas UFPR, 2009.

Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolítica/GTs-ONLINE/GT7_online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>.

Acesso em: 24 set. 2014.

FETAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. **A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção**. 2014. Disponível em:

<<http://www.fetagr.org.br/site/index.php?id=NTI=&ids=NTc=>>>. Acesso em: 03 set. 2014.

FROEHLICH, José Marcos et al. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Cienc. Rural. 2011, vol.41, n.9, pp. 1674-1680.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n9/a10411cr3002.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disponível

em:<http://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Disponível em:

<http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_459.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

GUILHOTO, Lúcia de Fátima Martins. **O uso da internet como ferramenta para a oferta diferenciada de serviços a clientes corporativos: um estudo exploratório no setor de telecomunicações.** 2002. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-31012006-204249/en.php>>. Acesso em: 26 set. 2014.

GLIESSMANN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 658 p.

GOOGLE MAPS. **Cunha Porã/SC.** Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/place/Cunha+Por%C3%A3+-+SC/@-26.8545935,-52.7987228,10z/data=!4m2!3m1!1s0x94fae280e0c89c87:0xa279e5ba208b75ba>>. Acesso em: 15 mar. 2015

GLOBO.COM. **Preparar um herdeiro pode garantir o sucesso das propriedades.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/09/preparar-um-herdeiro-pode-garantir-o-sucesso-das-propriedades.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **Diversificação de Produção no Meio Rural como Estratégia de Sobrevivência: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul.** 2008. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008, Brasília - DF. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-63-64-20080422081013.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015

HAAS, Tiago Alex. **A sucessão familiar rural e as relações intergeracionais no distrito de alto erval novo, município de três passos/RS.** 2013. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Três Passos, 2013. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87438>. Acesso em: 26 set. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura familiar Primeiros resultados:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agri_familiar.../familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

IBGE. **Censo agropecuário.** 2006. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420470&idtema=3&search=santa-catarina|cunha-pora|censo-agropecuario-2006>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420470&idtema=1&search=santa-catarina|cunha-pora|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em: 16 mar. 2015.

IBGE. **Cunha Porã.** 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420470&search=santa-catarina|cunha-pora>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios.** . Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=420470&idtema=134&search=santa-catarina%7Ccunha-pora%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>. Acesso em: 16 mar. 2015.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine Francisco.; BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 11, n. 1, p.95-110, jun. 2008. Disponível em:

<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v11_n1/09_Eliane_Carlos.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

MALDANER, Gean Carlos. **Contribuição do pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de pinhalzinho – sc.** 2015. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul., Chapecó, 2015.

MENDONÇA, Kênia Fabiana Cota; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG.** 2008. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais Caxambu- MG. Disponível

em:<www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1292.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos. avançados. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadjá Araújo. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.sober.org.br/palestra/12/110480.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2014.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina.** 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2666>>. Acesso em: 02 set. 2015.

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. **Aspectos da escolarização de jovens rurais: um campo de incertezas e possibilidades.** São Cristóvão: UFSE. Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Inter étnicas. 2009. 10p. Disponível em: <

http://www.gerts.com.br/seciri/anais_I_SECIRI/gt_05/Sicleide_Goncalves_Queiroz.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

REDIN, Ezequiel et al. Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (tics). **RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.15, n. 28, p.154-163, dez. 2013. Disponível em:

<<http://http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2738/2136>>. Acesso em: 24 set. 2014.

SAVIAN, Moisés. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 14, n. 159, p.97-106, ago. 2014.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740/13306>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz. Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar,

proraf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.25-45, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/17780/11608>>. Acesso em: 03 set. 2014.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. **Os Desafios do Novo Rural e as Perspectivas da Agricultura Familiar no Brasil**. CONNEPI. 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>>. Acesso em: 02 set. 2014.

SILVESTRO, Milton Luiz. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri: Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84502>. Acesso em: 11 set. 2014.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 set. 2014.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. **As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1001.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, mar. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/v8-n1-juventude-na-construcao-da-agricultura-do-futuro-2/os-desafios-da-sucessao-geracional-na-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CUNHA PORÃ. **Mapas das comunidades do município**. 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CUNHA PORÃ. **Totalização de agricultores e comunidades de Cunha Porã/SC**. Cunha Porã, 2015. Documento fornecido de forma online via e-mail originado do setor de blocos, tendo como base agricultores cadastrados, no ano de 2014.

VARGAS, Leticia Paludo; SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **Agricultores familiares: caracterização do sistema de integração suinícola e os impasses atuais em torno da continuidade da atividade**. 2010. 48º congresso SOBER, Campo Grande- MS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/420.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2015

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: anpedsul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Anped, 2012. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Psicologia_da_Educacao/Trabalho/06_38_40_1096-7351-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

ZONIN, Valdecir José. **Potenciais e limitações da indústria de biodiesel no Brasil: um estudo de caso.** 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção e Sistemas, UNISINOS, São Leopoldo, 2008. Disponível em:
<www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp092477.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS.** 2011. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural, UFRGS, Camargo, 2011. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 out. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonham com o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org). **Juventude rural em perspectiva.** Rio De Janeiro: Mauad, 2007. p. 21-33. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=xfwoyC1qTN8C&pg=PA279&lpg=PA279&dq=Juventude+rural+em+perspectiva&source=bl&ots=YITgTzvGTP&sig=tGgi1hGvnpj3obCi_74sQMpUoAs&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CDsQ6AEwCGoVChMI5J-ViKK7yAIVSqCUCh0XswBx#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20.jul.2015

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** 1996. Disponível em:
<[ww4.ufrpe.br/download.php?...raizeshistoricascampesinato%20\(2\).pdf](http://ww4.ufrpe.br/download.php?...raizeshistoricascampesinato%20(2).pdf)>. Acesso em: 03 set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Boohman, 2001. Tradução Daniel Grassi. Disponível em:
<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

APÊNDICE A- Questionário aplicado aos jovens.

I) Identificação do entrevistado (caracterizando a estrutura da Agricultura familiar municipal e a estrutura das propriedades onde os jovens estão inseridos)

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Estado civil _____
- 4) Escolaridade
- () fundamental completo
- () fundamental incompleto
- () médio completo
- () médio incompleto
- () superior completo.
- () superior Incompleto.
- 5) Qual o motivo que o levou a desistir ou continuar os estudos?
- 6) Se cursa ou estivesse cursando uma universidade qual a área de interesse? Porque?
- 7) Tem algum bem móvel ou imóvel seu? Qual e porque?

I.i) caracterização da propriedade

- 8) A mão de obra é exclusivamente familiar?
- () sim. Quantas pessoas estão envolvidas diretamente nas atividades _____
- () não. Contrata mão de obra terceirizada. Com que frequência? _____
- 9) Qual a área da propriedade? _____ há
- 10) Benfeitorias:

Benfeitoria	Quantidade	Área m ²
Aviário		
Casa de madeira		
Casa de alvenaria		
Estábulo, sala de ordenha		
Chiqueiro		
Galpão de madeira		
Galpão de fumo		
Outras		

11) Produção agropecuária

Produto	Quantidade (há ou cabeças)	Destino *
Milho		
Soja		
Trigo		
Fumo		
Feijão		
Leite		
Suínos		
Aves		
Fruticultura		
Agroindústria		
Outro		

* 1 venda 2 consumo próprio 3 depósito em cooperativa ou na propriedade.

12) Qual é renda média mensal da propriedade?

- até 1 salário mínimo
 mais que 1 até 3 salários mínimos
 mais de 3 até 6 salários mínimos
 mais de 6 salários mínimos

I. ii) Trabalho e lazer**13) Você tem em casa: computador, acesso a internet, TV por assinatura**

- sim, todos
 sim, computador
 sim, computador e internet
 sim, internet
 sim computador e TV por assinatura
 sim somente TV por assinatura
 não. Eu não tenho acesso a nenhum deles

14) Quais as principais opções de lazer? Quanto a elas, existe facilidade em desfrutá-las?**15) Com que frequência tens atividades relacionadas ao lazer**

- 1 vez por semana
 2 vezes por semana
 3 vezes por semana
 4 vezes por semana
 não tem atividades de lazer

16) Quanto ao trabalho

- trabalha somente na UPA. **pular para a questão 18**

- trabalha na UPA e presta serviço a outros nas horas livres **seguir questionário**
 trabalha de forma assalariada e na propriedade nas horas livres **seguir questionário**

17) Qual a sua renda em função das atividades realizadas fora da propriedade?

18) Quais atividades você realiza dentro da UPA? Quanto do seu tempo é dedicado para cumprir com essas tarefas?

19) Essas atividades foram definidas pelos pais? Ou por gosto seu pela atividade?

II) Questão sucessória e perspectivas de futuro (relacionada a perspectiva do jovem quanto ao futuro, e descoberta do fatores que condicionam a sucessão)

20) Pretende continuar na propriedade realizando atividades agrícolas?

- sim. **Pular para 22**
 ainda não sei. **Prosseguir questionário**
 não. **Prosseguir questionário**

21) O que pretende fazer ao sair do meio rural? Seus pais continuaram na atividade após sua saída?

22) Existe conversa entre seus pais e você em relação a sucessão?

- sim sempre
 sim eventualmente
 raramente
 não há conversa.

23) Você recebe algum tipo de salário ou participação nos lucros atualmente?

- sim não.

De que forma? Quanto?

24) Seus pais apoiam ou ouvem suas críticas e opiniões em relação a gestão da propriedade?

- sempre
 as vezes
 raramente
 poucas vezes
 nunca.

25) Acessa alguma política de crédito ou programa direcionado ao jovem rural?

- não tenho conhecimento desses programas
 não me enquadro nos requisitos por eles estabelecidos
 não tenho interesse
 não acesso por medo ou falta de tempo.

() sim. Qual e por quê?

26) Cite uma ou mais vantagens e desvantagem de viver no campo para um jovem na atualidade?

Vantagens

Desvantagens:

27) Na sua opinião qual os motivos que levam a grande maioria dos jovens a saírem das propriedades?

28) Quais as suas expectativas em relação ao seu futuro profissional, seja ele na propriedade ou não.

29) As decisões quanto a gestão da propriedade são feitas em conjunto ou apenas o responsável (pai) quem decide o que fazer e de que modo fazer?

30) O que deveria ocorrer ou haver nas propriedade para que os jovens sentissem maior apresso pela continuidade das atividades agrícolas?

31) O fato de receber a propriedade como herança poderia motivar a escolha pela continuidade nos trabalhos agrícolas?

32) Se a gestão da propriedade fosse sua, realizaria muitas mudanças? Em que aspectos?

33) Existe algum programa/ projeto que influenciou sua decisão em permanecer no meio rural?

() sim Qual?

() não. Acredita que esse tipo de programa possa influenciar ou ajudar na questão da sucessão?

34) Na sua opinião que tipo de programa ou política pública deveria haver para que os jovens permaneçam no campo?

35) Quanto ao futuro na agricultura na sua opinião, a presença do jovem exerce papel importante? Qual a sua perspectiva de futuro, caso permaneça na agricultura

APÊNDICE B- Questionário aplicado aos *Experts*.**I) Identificação do entrevistado (caracterização da instituição e estrutura da Agricultura familiar no município).**

1. Nome: _____
2. Nome da empresa/entidade: _____
3. Cargo dentro da empresa entidade: _____
4. A quanto tempo realiza determinada função: _____
5. Qual o numero de associados/agricultores fazem parte da entidade/município?
6. Qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do município
7. Em questão de números, qual acredita ser a participação da agricultura familiar na economia municipal?
 5 a 10% do PIB
 11 a 15 % do PIB
 16 a 20% do PIB
 21 a 25% do PIB
 Mais de 25% .
8. Quais os principais produtos produzidos pela agricultura familiar do município?

II) Fatores que condicionam a escolha dos jovens, os impactos na Agricultura familiar em relação à sucessão.

9. Qual acredita ser o principal motivo que está levando os jovens a sair do campo?
10. Existe algum projeto que seja desenvolvido pela presente entidade para incentivar a permanência dos jovens no campo? Qual?
11. Qual é a sua perspectiva quanto a questão sucessória no município?
12. A falta de sucessão causaria que tipo de impacto a economia municipal?
13. O que você apontaria como uma solução para reverter o quadro da sucessão no município, acha que ainda é possível manter a agricultura familiar com o interesse e participação do jovem?

ANEXO A- Parecer consubstanciado do CEP.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SUCESSÃO RURAL: MOTIVOS QUE INFLUENCIAM O JOVEM A PERMANECER OU NÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS

Pesquisador: Valdeci José Zorin

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45125215.1.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.114.467

Data da Relatoria: 16/06/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma reapresentação de proposta de pesquisa (segunda apresentação).

O pesquisador realizou as alterações solicitadas pelo CEP, no parecer consubstanciado número 1.085.470.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Ver parecer consubstanciado número 1.085.470.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

TRANSCRIÇÃO DOS RISCOS:

*A pesquisa não oferece riscos à integridade física das pessoas, entre os riscos mínimos cita-se a forma de abordagem a ser utilizada pelo pesquisador, o qual deve prezar pelo respeito bem como pela integridade das informações amostradas, outro risco considerado é um possível desconforto em função do tempo exigido nas entrevistas, o qual foi planejado em torno de até uma hora por entrevista ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. Como formas de minimizar os riscos as entrevistas deverão ocorrer preferencialmente em horários alternativos de forma a não

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.114.467

causar transtornos ao participante, e preferencialmente marcadas com antecedência. Para evitar transtornos e riscos em função da utilização dos dados a serem gerados pela pesquisa, será mantido sigilo sobre as informações coletadas nas entrevistas, não identificando a nomenclatura dos entrevistados, preservando as informações levantadas e evitando riscos de usos indevidos de tais dados. Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, tem assistência integral, ou seja é aquela prestada com vistas a atender complicações e danos decorrentes direta ou indiretamente da pesquisa. Caso se sinta afetado pode entrar em contato com o CEP/UFFS no endereço abaixo relacionado (final do documento) buscando conhecer a legitimidade do projeto.”

COMENTÁRIOS DO RELATOR:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia permite avaliar eticamente a proposta. Porém, sugere-se seu aprofundamento para garantia da qualidade científica da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos obrigatórios foram apresentados.

O pesquisador atendeu às solicitações do CEP, no parecer consubstanciado número 1.085.470.

Recomendações:

Recomenda-se escrever os riscos e os benefícios de forma objetiva.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu às solicitações do CEP, no parecer consubstanciado número 1.085.470.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.114.467

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução 466 de 12/12/2012 principalmente, os artigos XI.1 e XI.2 itens c) ao h) , a Normativa 001/2013 e o Capítulo III da Resolução 251/1997.

A página do CEP-UFFS apresenta alguns pontos no documento "Deveres do Pesquisador" acessível no Link http://www.uffs.edu.br/images/proppg/Deveres_do_pesquisador_CEP.pdf

Atente:

- 1) No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, obedecidos os 20 dias antes da reunião do CEP do mês correspondente aos 6 meses, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra (exceto se a pesquisa estiver totalmente finalizada, pois, neste caso, deverá ser enviado o relatório final). Veja modelo na página do CEP, no item "6) Documentos a serem anexados à Plataforma Brasil" no subitem " 6.1) Obrigatórios ". A cada 6 meses novo relatório parcial deverá ser enviado até que seja enviado o relatório final.
- 2) Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP para que possa ser avaliada e as medidas adequadas possam ser tomadas. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto. Após um projeto ter sido aprovado, alterações devem ser solicitadas na forma de EMENDA.
- 3) Além do relatório semestral, a qualquer momento o CEP poderá solicitar esclarecimentos sobre a sua pesquisa – vide artigos X.1.3.b), X.3.6 e XI.2.e)
- 4) Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final.

OBS: Os relatórios deverão ser enviados utilizando-se da opção "enviar notificação", na "Plataforma Brasil". Em caso de dúvida: (1) contate este CEP pelo telefone 20491478, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 (2) contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitar ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta, (3) Contate a "central de suporte "da plataforma Brasil no canto superior direito da plataforma e cujo atendimento é online.

Boa pesquisa!

Endereço: Avenida General Osório, 413d - Ed. Mantelli da UFFS

Bairro: CENTRO

CEP: 89.802-265

UF: SC

Município: CHAPECÓ

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 1.114.467

CHAPECO, 18 de Junho de 2015

Assinado por:
Ernesto Quast
(Coordenador)